ACÓRDÃOS - SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2024

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 14 DE JUNHO DE 2024 O PRESIDENTE DA JUNTA DE ANÁLISE DE RECURSOS, DA UNIDADE COLEGIADA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DE ORDEM URBANISTA DO DISTRITO FEDERAL – DF LEGAL: com a atribuição de julgar, em segunda e última instância. Os processos administrativos fiscais e de exigência de créditos tributários oriundos do exercício do poder de polícia. Conforme Artigo 10 da Lei nº 6.302 de 16 maio de 2019 e no Uso das atribuições previstas no Artigo 91, inciso XIV da portaria nº 30, 1. de abril de 2020. publicada no DODF Nº 79. Página 17, terça-feira, 28 de abril de 2020. resolve: Art. 1º Torna público acórdão e ementas referentes aos processos administrativos fiscais, julgados pela junta de Análise de Recursos – JAR, nos meses de janeiro de 2023, de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2024, das pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas: Art.2º Intimar, no caso de não provimento ou recurso não conhecido dos Autos de Infração, os respectivos sujeitos passivos abaixo, a pagar a multa, por meio de documento de Arrecadação – DAR, que poderá ser obtido nos núcleos de Atendimento ao Cidadão nas Regiões Administrativas. Coordenação de Núcleos de Atendimento ao Cidadão - Atendimento ao Cidadão, localizado no. SIA Trecho 03. lotes: 1545/155 – SIA/DF, sob pena de inscrição de débito em Dívida Ativa. Caso a multa já tiver sido paga. Desconsiderar essa intimação: Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA ACÓRDÃO Nº 563/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017- 00008320/2019-80. RECORRENTE: SKULL CF – FITNESS LTDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA SEM LICENCIAMENTO E/OU SEM DOCUMENTAÇÃO NO LOCAL. FICA O PROPRIETÁRIO AUTUADO PELO DESCUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO NÚMERO D069764-OEU, DE 16/09/19. MEMORIA DE CALCULO: R\$1035,60(ART126)×1(ART127)=R\$1035,60. O AUTO DE NOTIFICAÇÃO DESCREVE: “OBRA SEM LICENCIAMENTO E/OU SEM DOCUMENTAÇÃO NO LOCAL. FICA O PROPRIETÁRIO NOTIFICADO A APRESENTAR O PROJETO APROVADO DA OBRA DE MODIFICAÇÃO SEM ACRÉSCIMO DA ÁREA, BEM COMO APRESENTAR O REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA TODOS OS PROJETOS, NO PRAZO DE 20 DIAS. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.1. A Lei nº 6.138/2018. Art. 15. Constitui responsabilidade do proprietário do lote, projeção ou unidade imobiliária autônoma: III – iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras; 2. O auto combatido é claro quando elucida que a empresa autuada, no momento da vistoria, realizada às 09h04 min (nove horas e quatro minutos), do dia 16/10/2019 a saber: “ Fica o proprietário notificado a apresentar o projeto aprovado da obra de modificação sem acréscimo da área, bem como apresentar o registro de responsabilidade técnica para todos os projetos, no prazo de 20 dias”. 3. Esclarecemos que a decisão de primeira instância e o Auto de Infração foram, respectivamente em arrazoada lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Infração em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção no DF. 5. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Infração. 6. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR

PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 564/2024 Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00017982-2023-27. Recorrente: Bruno Abrantes. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA SEM A LICENÇA DE OBRAS EM ÁREA PÚBLICA (PASSAGEM DE SERVIDÃO), NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da Licença de Obras. Art. 22. Toda obra só pode ser iniciada após a obtenção da licença de obras, exceto nos casos de dispensa expressos nesta Lei. 2. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 30 de Janeiro de 2024. ACÓRDÃO Nº 565/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00012133/2022-04. INTERESSADO: CHURRASQUINHO DA TIA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. INFORMAÇÃO INEXATA NO CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 5.547/2015 exige autorizações específicas para a localização e funcionamento de atividades econômicas, incluindo a ocupação de área pública. 2. A infração foi constatada pela informação inexata no Certificado de Licenciamento e pela ocupação de área pública sem a devida autorização, em desacordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.547/2015. 3. A aplicação da multa foi adequada e proporcional à infração, conforme previsto nos artigos 35, inciso II; 39, inciso IV, "b"; 40, inciso II e 47 da Lei nº 5.547/2015. 4. Os princípios do contraditório e da ampla defesa foram respeitados, conforme o processo administrativo seguiu os trâmites legais e a intimação foi devidamente notificada. 5. Recurso conhecido e improvido. Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade,

CONHECER DO RECURSO interposto por CHURRASQUINHO DA TIA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo integralmente os termos do Auto de Infração Nº E1258-984378-AEU, de 14/04/2022. A decisão baseia-se na constatação de infração direta às normas estabelecidas pela Lei nº 5.547/2015, reforçando a necessidade de cumprimento rigoroso das regulamentações para ocupação de área pública e informações precisas no Certificado de Licenciamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 566/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700017470202107. INTERESSADO: ROBSON PINHEIRO ADVOCACIA. RELATOR: MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO NO MOMENTO DA LAVRATURA DO AUTO. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E HABITE-SE APRESENTADO PELA SEDUH DEMONSTRANDO QUE A CONSTRUÇÃO ESTÁ LICENCIADA. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA REFORMADA. RECURSO PROVIDO COM ANULAÇÃO DO AUTO DE NOTIFICAÇÃO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, exige que seja mantido no local da obra e apresentar, quando solicitado, documentação de ordem técnica relativa ao processo de licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 4. Exigência cumprida, com anexação no processo o documentação referentes ao Alvará de Construção

e Carta de Habite-se. 5. Auto de Notificação Anulado. 6. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, anulando o Auto de Notificação, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Março de 2024. ACÓRDÃO Nº 567/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700017568202075. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: DEISE DALILA DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA LAVRADO POR OBRA IRREGULAR E PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO. LEGALIDADE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O Auto de intimação demolitória, lavrado com fulcro na Lei 6138/2018, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às dezessete horas, de 28/09/2020, era responsável por "Obra não se enquadra na legislação vigente" e "Fica o responsável intimado a demolir a obra irregular, totalmente, erigida sem o devido licenciamento, em parcelamento irregular o solo, por não ser passível de regularização, sob pena de multas e demais sanções previstas na legislação vigente...", conforme sua cópia em anexo (65042561). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o autos de intimação demolitória foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Deveras, em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar em áreas pública e privadas e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. A SUOB, por sua vez, em sede de réplica, por intermédio de relatório circunstanciado com fotos, se manifesta pela manutenção do auto e acusa parcelamento irregular do solo (134541335): No dia, 15 de fevereiro de 2024, foi realizada vistoria para atendimento ao determinado nos processos SEI 04017-00017568/2020-75, no qual solicita informações das irregularidades identificadas na chácara 336-C, INCRA 07 na região administrativa de Brazlândia-DF, com os seguintes dizeres: "De forma a dar continuidade a Instrução processual, solicitamos que a autoridade fiscal responsável pela lavratura do Auto de Intimação Demolitória nº D-879555-OEU, em 28/09/2020, ISMAR BATISTA CARNEIRO JUNIOR, ou diretor responsável pela DIFIS 4, manifeste-se em réplica opinando conclusivamente, ao final, pela manutenção ou anulação do auto, visando atendimento ao solicitado no despacho DF LEGAL/UNIAR.... Na área alvo da denúncia, conforme coordenadas, identificamos aproximadamente 50 edificações, com abertura de ruas, delimitação de lotes por meio de muros e cercas e acessos individualizados às residências, caracterizando o fracionamento irregular do solo, situada no lote 336 C da Gleba 3, INCRA 7..." (Trecho do relatório RM 755417 REL 25/06/2020).... No local, conforme coordenadas da denúncia, chácara 336-C, gleba 03, INCRA 07, região administrativa de Brazlândia, identificamos 09 grandes frações subdivididas em frações menores, conforme imagens anexas. Em setembro de 2020, foram realizadas ações no local e emitidos vários autos de embargos e intimações demolitórias para edificações não passíveis de regularização,

conforme lista anexa anteriormente.... Solicito o envio da presente demanda a Subsecretaria de Fiscalização de Fiscalização de Obras – SUOB e aos órgãos de interesse para análise e demais providências cabíveis". 5. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 6. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 7. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 568/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO NECESSÁRIO. PROCESSO: 04017-00004326/2019- 88. INTERESSADO: ANA APARECIDA BRUSASCO CRISA. RELATOR: CONSELHEIRO MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. FOI DEMONSTRADA QUE O IMPUGNANTE CUMPRIU AS EXIGÊNCIAS OBSERVADAS PELA FISCALIZAÇÃO, RETIRANDO PORTÃO DA ÁREA PÚBLICA. RECURSO PROVIDO. 1. Cumprida exigência de ocupação irregular de portão em área pública de acordo com a fiscalização, não havendo mais irregularidade no local. 3. Recurso conhecido e Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, revogando-se o auto de intimação demolitória, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 569/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00009269/2019-99. Conselheiro MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. INTERESSADO: VANDENBERGUE DOS SANTOS SOBREIRA MACHADO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA IRREGULAR EM ÁREA PÚBLICA SEM CONCESSÃO DE USO E SEM APRESENTAÇÃO DO DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda construção em áreas públicas sem o devido licenciamento. 2. Os recursos não tem efeito suspensivos de acordo com os decretos 39.272/2018 e 43.056/2022; 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei; 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 570/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 00361-00007915/2019-83. INTERESSADO: LHC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. CONSTRUÇÃO IRREGULAR EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA INTIMAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por LHC Comércio de Alimentos EIRELI contra a Intimação Demolitória nº D047178-OEU, datada de 22/04/2019, que penalizou a empresa pela construção irregular em área pública sem prévia autorização, em conformidade com a Lei nº 6.138/2018. 2. A empresa apresentou Alvará de Construção nº 049/2016 e Certificado de Licenciamento de Atividades como defesa. 3. A análise da primeira instância considerou a defesa improcedente, confirmando a inexistência de licenciamento válido para a ocupação do espaço público. O relatório de vistoria nº D 893394

REL e o Auto de Infração nº D129028- OEU reforçaram a continuidade das irregularidades.

4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por LHC Comércio de Alimentos EIRELI e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo a Intimação Demolitória nº D047178-OEU, de 22/04/2019, nos termos do voto do relator. De acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 571/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00014765/2021-13.

INTERESSADO: EMERSON RICARDO BERNARDES. RELATOR: Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA SEM A LICENÇA. DECISÃO de 1º INSTÂNCIA MANTIDA RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da Licença de Obras. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Intimação Demolitória em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de obter o licenciamento para construção de obras no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Intimação Demolitória. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 572/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00026745/2023-57. REQUERENTE: DANILO CARATA. RELATOR: Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM A LICENCIAMENTO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da Licença de Obras. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Infração em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 573/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00025013/2023-40. REQUERENTE: BUNNY GUSTAVE PERSIJN. RELATOR: Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA IRREGULAR SEM APRESENTAÇÃO DA CARTA DE HABITE-SE. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda construção sem o devido licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Infração em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção no DF. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei; 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 574/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00025011/2023-51. REQUERENTE: BUNNY GUSTAVE PERSIJN. RELATOR:

Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA IRREGULAR SEM APRESENTAÇÃO DA CARTA DE HABITE-SE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA MANTIDA. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da Licença de Obras. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Infração em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 575/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00028583/2023-91. RECORRENTE: CRISTIANE ARAUJO DE PAULA. RELATOR: LEILA DANIELLA RODRIGUES FERREIRA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA LAVRADO POR OBRA/EDIFICAÇÃO EM ÁREA NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO E QUE SE ENCONTRA EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra sem o devido licenciamento. 2. A execução de obras em desacordo com a legislação e/ou sem licenciamento do Poder Público configura grave violação ao Código de Edificações do Distrito Federal. 3. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação Demolatória nº F-0867-657410-OEU, de 18/10/2023, ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para a construção. 4. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 576/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017- 00003653/2024-80. INTERESSADO: GABRIELA LAGO ELEOTERIO DE OLIVEIRA. RELATORA: KARLA CARIZ BARREIRA TEODOSIO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. “EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM ÁREA PÚBLICA, SEM LICENCIAMENTO. ESTABELECIMENTO OCUPANDO ÁREA PÚBLICA (SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO) E/OU (SEM O DEVIDO PAGAMENTO DO PREÇO PÚBLICO) E/OU (FORA DOS PARÂMETROS AUTORIZADOS).” DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Decreto nº 17.079 de 28/12/1995. “Art. 2º - A utilização, deverá ser previamente formalizada através de assinatura de termo de ocupação entre a Administração e o usuário, sujeitando-se o segundo a uma contraprestação de preço, observado o disposto no Parágrafo único, do art. 2º da Lei 769 de 23 de setembro de 1994. 2. O auto combatido é claro quando elucida que a autuada, no momento da vistoria, realizada às 13h25 min (13 horas e 25 minutos), do dia 03/01/2024, a saber: “Exercício de atividade econômica em área pública, sem licenciamento. Estabelecimento ocupando área pública (sem a devida autorização) e/ou (sem o devido pagamento do preço público) e/ou (fora dos parâmetros autorizados). ” 3. Esclarecemos que a decisão de primeira instância e o Auto de Notificação foram, respectivamente em arrazoada lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Não

restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para ocupação de área pública no DF. 5. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 6. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 577/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017- 00006529/2024-76. RECORRENTE: MARIA DO AMPARO BEZERRA DA SILVA. RELATORA: KARLA CARIZ BARREIRA TEODOSIO. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. "FICA O RESPONSÁVEL, NOTIFICADO A PROVIDENCIAR CARTA DE HABITE-SE DA EDIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO ACARRETERÁ AS DEMAIS SANÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE." 1. A legislação, pela Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra sem o devido licenciamento, projetos e alvará de construção. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Infração em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 578/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00013638/2022-88. INTERESSADO: CONDOMÍNIO BLOCO N SQSW 300. RELATOR: MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO. IDENTIFICAÇÃO INCORRETA DO RESPONSÁVEL. RECURSO PROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, que a responsabilidade para providenciar a emissão de licenciamento da edificação é daquele que cometeu a irregularidade, ora discutida nos autos; 2. Incorreta identificação do responsável pela penalidade prevista em lei; 3. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, anulando o auto de notificação, de acordo com a ata de julgamento de 30 de Abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 579/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 00361-00054303/2017-18. INTERESSADO: ANDREA FONTENELE FERREIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO POR ESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÃO (TORRE) SEM AUTORIZAÇÃO. AUTUADO É PESSOA DIVERSA DOS RESPONSÁVEIS PELA REFERIDA ESTRUTURA. ILEGALIDADE DA EMISSÃO DO AUTO E DA SUA MANTENÇA. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. 1. O auto combatido, lavrado com fulcro na Lei 2105/1998, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às quinze horas e dez minutos, de 27/07/2017, era responsável por "Obra de instalação de ERB sem licenciamento no local", conforma sua cópia em anexo (2153586). Já o Auto de embargo nº. D042192-OEU, emitido em 19/06/2017, e/ou o seu lançamento no SISAF LEGADO descrevem "Obra de instalação de ERB (antena de telefonia) dentro do lote, sem autorização.". 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e os autos de notificação e de infração foram, respectivamente, arrojada e

lavrados de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. Da simples leitura dos autos de embargo e/ou de infração se depreende que se trata de "Obra de instalação de ERB sem licenciamento no local", conforma sua cópia em anexo (2153586). 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar/ocupar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra/edificação/cercamento se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 5. O recorrente alega que a LC 971/2020 teria efeito retroativo. Aduz que "... se a infraestrutura de suporte ainda estivesse instalada, não poderia essa Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal aplicar quaisquer penalidades de decorrente da ausência de licenciamento, incluindo aquelas advindas de processos anteriores à publicação da Lei Complementar nº 971/2020 e Decreto nº 41.446/2020.." Sublinho que a estrutura foi retirada. 6. Ademais, chama a atenção que a recorrente alega ilegitimidade da autuada para figurar como responsável pela obra/antena, pois, ainda segundo a defesa, o recorrente é a empresa de comunicação responsável pela obra (antena) e o proprietário do lote onde estava localizada a antena, com quem a empresa firmou contrato, é pessoa diversa da autuada. O recorrente juntou cópia de contrato de locação registrado em cartório, com a defesa de primeira instância administrativa. 7. Por outro lado, a SUOB, em sede de réplica, insiste que o auto de infração deve ser mantido. A despeito de a SUOB reconhecer que a estrutura foi retirada, com relação à alegação da defesa, segundo a qual o autuado não seria o responsável pela estrutura, entende a SUOB que, no momento da vistoria que culminou com a lavratura do auto de infração, a estrutura estava irregular, mas nada disse sobre a indigitada ilegitimidade do autuado. 8. Assim, por um lado, apesar da presunção relativa de legitimidade e legalidade, que informa os atos administrativos, salvo melhor juízo, entendo que os argumentos do recorrente, apresentados e amparados por documentos, são robustos e colocam dúvidas sérias sobre a responsabilidade do autuado. Por outro lado, a Fiscalização nada disse sobre os referidos argumentos em nenhuma das oportunidades em que falou nos autos deste SEI. 9. O fato de a autuada ter recebido e assinado o documento, por força de lei, não configura confissão e, portanto, de forma alguma, prova a sua responsabilidade. Só prova que o documento foi entregue. 10. Assim, analisados os documentos juntados a este SEI, a Primeira Câmara desta JAR entendeu, à unanimidade, que o auto de infração pode ter sido emitido em face de pessoa diversa dos responsáveis pela estrutura, o que justifica a sua anulação, eis que a SUOB não tratou do assunto diretamente nas oportunidades em que foi instada a fazê-lo. 11. Recurso conhecido e PROVIDO. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de

maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 580/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00012133/2022-04. INTERESSADO: CHURRASQUINHO DA TIA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. INFORMAÇÃO INEXATA NO CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 5.547/2015 exige autorizações específicas para a localização e funcionamento de atividades econômicas, incluindo a ocupação de área pública. 2. A infração foi constatada pela informação inexata no Certificado de Licenciamento e pela ocupação de área pública sem a devida autorização, em desacordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.547/2015. 3. A aplicação da multa foi adequada e proporcional à infração, conforme previsto nos artigos 35, inciso II; 39, inciso IV, "b"; 40, inciso II e 47 da Lei nº 5.547/2015. 4. Os princípios do contraditório e da ampla defesa foram respeitados, conforme o processo administrativo seguiu os trâmites legais e a intimação foi devidamente notificada. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO interposto por CHURRASQUINHO DA TIA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo integralmente os termos do Auto de Infração Nº E-1258-984378-AEU, de 14/04/2022. A decisão baseia-se na constatação de infração direta às normas estabelecidas pela Lei nº 5.547/2015, reforçando a necessidade de cumprimento rigoroso das regulamentações para ocupação de área pública e informações precisas no Certificado de Licenciamento de acordo com a ata de julgamento de 30 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 581/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00004588/2021-67. INTERESSADO: GELOBRAS COMÉRCIO DE GELO LTDA EPP. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. USO NÃO AUTORIZADO DE ÁREA PÚBLICA. RECURSO ADMINISTRATIVO. CONFIRMAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES NO ENDEREÇO NOTIFICADO. PROVIMENTO DO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por GELOBRAS COMÉRCIO DE GELO LTDA EPP contra o Auto de Notificação nº D-134781-AEU, datado de 27/01/2021, que penalizou a empresa pela utilização de área pública sem prévia autorização, de acordo com o Decreto nº 17.079/1995. 2. A empresa apresentou Termo de Ocupação de Área Pública de 2007 para o endereço original e evidenciou o encerramento das atividades nesse local, conforme confirmado pelo Relatório de Ação Fiscal nº A359640-REL. 3. A defesa destaca que a GELOBRAS já havia regularizado sua situação no novo endereço antes da notificação, demonstrando conformidade e responsabilidade com as normas urbanísticas. 4. Considerando o encerramento das atividades no local notificado e os esforços da empresa para cumprir as regulamentações pertinentes. 5. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO ao mesmo. Reconhece-se a ação da empresa em regularizar sua situação e encerrar as atividades no local previamente notificado, conforme evidenciado pelo Relatório de Ação Fiscal nº A359640-REL(133655313), justificando a revogação do Auto de Notificação de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 582/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 0401700028965/2021-53. INTERESSADO: ELIZABETH AZEVEDO LUNA DOS SANTOS. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. MODIFICAÇÕES EM PROJETO DE CONSTRUÇÃO. DEFERIMENTO PARCIAL DO RECURSO. SOLICITAÇÃO DE NOVA VISTORIA. 1. Análise do recurso

administrativo interposto por ELIZABETH AZEVEDO LUNA DOS SANTOS relativo ao RHBT Nº 001.046.3/2021 para o imóvel localizado em QNM 42 CJ H LT 14 – TAGUATINGA/DF. 2. A Nota Técnica nº 9/2024 - DFLEGAL/SECEX/COHACESS recomenda o deferimento parcial do recurso referente aos itens 7.1, 7.2, 18.1, e 18.2, indicando conformidade desses aspectos com o projeto aprovado. 3. Solicitação de nova vistoria para o item 7.3 para verificar a conformidade da altura das paredes do terraço, visando garantir a privacidade em relação aos lotes vizinhos, conforme o projeto original. 4. Instruções para que o proprietário realize as correções necessárias e submeta à nova avaliação para garantir total conformidade com as normas urbanísticas e de acessibilidade. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, reunidos em sessão, CONHECER DO RECURSO interposto por ELIZABETH AZEVEDO LUNA DOS SANTOS e, no mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao mesmo. Deferimento das questões levantadas nos itens 7.1, 7.2, 18.1, e 18.2 do RHBT Nº 001.046.3/2021, e solicitação de nova vistoria para avaliação do item 7.3. Recomenda-se ao proprietário que atenda às especificações do projeto aprovado para a altura das paredes do terraço, conforme detalhado no item 7.3, e que uma nova vistoria seja realizada para certificar a correção da irregularidade apontada. A decisão visa assegurar a conformidade da obra com as exigências legais e normativas, promovendo um desenvolvimento urbano ordenado e legalizado de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 583/2024 ÓRGÃO: 2º CÂMARA. PROCESSO: 04017-00030352/2021-86. INTERESSADO: NAYARA RODRIGUES DE MENESES. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA SEM LICENCIAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 6.138/2018 e o Decreto nº 39.272/2018 exigem a obtenção de licenciamento para qualquer obra, incluindo a construção de grades e coberturas, especialmente em áreas públicas. 2. A ausência de regulamentação da Lei nº 1.096/1996 inviabiliza sua aplicação prática para justificar obras não regularizadas. 3. A recorrente não apresentou documentação que comprove a regularização das obras realizadas, nem obteve a licença necessária, conforme exigido pelo artigo 22 da Lei nº 6.138/2018. 4. Os princípios do contraditório e da ampla defesa foram respeitados, conforme o processo administrativo seguiu os trâmites legais e a intimação foi devidamente notificada. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. Decisão UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 584/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700024550/2021- 19. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: LRTC PARK ESTACIONAMENTOS – EIRELI. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESATENDIMENTO DE AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA QUE, POR SUA VEZ, FOI EMITIDO POR OBRA EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE MEDIDA JUDICIAL LIMINAR EM VIGOR À DATA DA AÇÃO FISCAL QUE CULMINOU COM A LAVRATURA DO AUTO COMBATIDO. A ASSESSORIA JURÍDICA E LEGISLATIVA (AJL), POR DUAS VEZES, SE MANIFESTA PELA LEGALIDADE E MANTENÇA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O Auto de infração, lavrado com fulcro na Lei 6138/2018, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às nove horas e trinta minutos, de 09/09/2021, era responsável por "O infrator fora multado por continuar descumprindo a Intimação

Demolitória D-125984-OEU, de 10/ 6 / 2021, já que a base concretada das cancelas permanecem. Tendo apenas sito desparafusada a parte superior. Falta ainda desconstituir por completo retirando todas as barreiras físicas e recuperando a área pública para todos, conforme sua cópia anexa (69617618). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância, os autos de intimação demolitória e de infração foram, respectivamente, arrozada e lavrados de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Deveras, em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar em áreas pública e não o contrário, onde invade a área pública, constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. Com relação especificamente à alegação do recorrente versando sobre medida liminar judicial em vigor quando da ação fiscal que culminou com a lavratura do auto de infração combatido, esclareço que a AJL foi provocada duas vezes para se manifestar sobre o ponto e, em ambas as oportunidades, se posicionou pela manutenção do auto de infração, conforme despachos transcritos na íntegra nos links anexos (127909798), (118999996), (121137764) e (128587053). 5. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 6. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 7. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 585/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00009428/2021-12. INTERESSADO: BIANCA D DE ALMEIDA - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ME. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS SANITÁRIAS. VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS FORA DO HORÁRIO PERMITIDO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 5.547/2015 e o Decreto nº 41.849/2021 exigem o cumprimento de horários específicos para a venda de bebidas alcoólicas, especialmente durante o período de emergência de saúde pública decorrente da COVID-19. 2. A infração foi constatada pela venda de bebidas alcoólicas após o horário permitido, evidenciando o descumprimento do artigo 6º do Decreto nº 41.849/2021. 3. A aplicação da multa foi adequada e proporcional à infração, conforme previsto nos artigos 33, inciso I; 35, inciso II; 39, inciso III, "c", da Lei nº 5.547/2015. 4. Os princípios do contraditório e da ampla defesa foram respeitados, conforme o processo administrativo seguiu os trâmites legais e a intimação foi devidamente notificada. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO interposto por Bianca D de Almeida -

Distribuidora de Bebidas ME e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo integralmente os termos do Auto de Infração Nº D133493-AEU, de 11/03/2021. A decisão baseia-se na constatação de infração direta às normas sanitárias estabelecidas pelo Decreto nº 41.849/2021 e pela Lei nº 5.547/2015, reforçando a necessidade de cumprimento rigoroso das medidas de enfrentamento à COVID-19, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 586/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700017470202107. INTERESSADO: ROBSON PINHEIRO ADVOCACIA. RELATOR: MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO NO MOMENTO DA LAVRATURA DO AUTO. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E HABITE-SE APRESENTADO PELA SEDUH DEMONSTRANDO QUE A CONSTRUÇÃO ESTÁ LICENCIADA. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA REFORMADA. RECURSO PROVIDO COM ANULAÇÃO DO AUTO DE NOTIFICAÇÃO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, exige que seja mantido no local da obra e apresentar, quando solicitado, documentação de ordem técnica relativa ao processo de licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 4. Exigência cumprida, com anexação no processo o documentação referentes ao Alvará de Construção e Carta de Habite-se. 5. Auto de Notificação Anulado. 6. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, anulando o Auto de Notificação, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Março de 2024. ACÓRDÃO Nº 587/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00010185/2022-38. INTERESSADO: CONDOMÍNIO DO ED MULTI PARQUE. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. MANTÉM UM TOTEM ILUMINADO EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 3.036/2022 veda utilização de área pública sem a devida autorização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de março de 2024. ACÓRDÃO Nº 588/2024 ÓRGÃO: 1º CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017- 00017873/2023-18. RECORRENTE: LOJAS RENNER S.A. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. FICA O INFRATOR NOTIFICADO PELA INOBSERVÂNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 6.322/2019. O NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO PREVISTO NO AUTO DE NOTIFICAÇÃO, SUJEITARÁ O RESPONSÁVEL A MULTA E DEMAIS SANÇÕES PREVISTAS EM NORMAS. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021. Embasamento Legal, Artigo 6º, Inciso I e § 1º, do Artigo 9º; do Decreto nº 43.610/2022; Artigo 1º da Lei nº 7.110/2022; Artigo 1º e Artigo 3º Inciso I e § 1º da Portaria nº 64/2022, alterada pela Portaria 38/2023. Fica proibida a distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas descartáveis, confeccionadas à base de polietileno, propileno, polipropileno ou matérias-primas equivalentes, para o acondicionamento e o transporte de

mercadorias adquiridas em estabelecimentos comerciais do Distrito Federal. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 6864 de 21/06/2021)Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais devem estimular o uso de sacolas reutilizáveis, assim consideradas aquelas que sejam confeccionadas com material resistente e que suportem o acondicionamento e o transporte de produtos e mercadorias em geral. 2. O auto combatido, lavrado com fulcro no Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021. Embasamento Legal, Artigo 6º, Inciso I e § 1º, do Artigo 9º; do Decreto nº 43.610/2022; Artigo 1º da Lei nº 7.110/2022; Artigo 1º e Artigo 3º Inciso I e § 1º da Portaria nº 64/2022, alterada pela Portaria 38/2023, é claro quando elucida que a empresa autuada, no momento da vistoria, realizada às 12:21 min (doze horas e vinte e um minutos), do dia 21/06/2023 estava descumprindo a legislação de regência, a saber: Sacola Plástica Descartável, Comercial e Prestação de Serviços, Fica o infrator notificado pela inobservância das disposições da Lei nº 6.322/2019. O não cumprimento do prazo previsto no Auto de Notificação, sujeitará o responsável a multa e demais sanções previstas em normas. 3. Esclareço que a decisão de primeira instância e o Auto de Notificação foram, respectivamente, arrazoado e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Correta a aplicação da penalidade prevista na legislação em vigor. 5. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 6. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 589/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 0401700005829202195. INTERESSADO: PAULO ALEXANDRE BATISTA DE CASTRO. RELATOR : GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. CONSTRUÇÃO EXECUTADA EM ÁREA PÚBLICA SEM LICENCIAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 6.138/2018 e o Decreto nº 39.272/2018 proíbem expressamente obras sem licenciamento em áreas públicas e reforçam a necessidade de cumprimento das normativas urbanísticas estabelecidas. 2. As edificações realizadas sem o devido licenciamento, incluindo construções adicionais como piscina, elevador, e outras, justificam a aplicação da intimação demolitória. 3. Os princípios do contraditório e da ampla defesa foram respeitados, conforme documentado no processo. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. Decisão UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 590/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 00361-00000654/2019-71. INTERESSADO: LUCIANA DE FREITA SILVA. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA NÃO PASSÍVEL DE REGULAZIÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, pelo PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de março de 2024.

ACÓRDÃO Nº 591/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00030326/2021-58. INTERESSADO: CONDOMÍNIO DO BLOCO D SHCGN 714. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSIVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024.

ACÓRDÃO Nº 592/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00030326/2021-58. INTERESSADO: CONDOMÍNIO DO BLOCO D SHCGN 714. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSIVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024.

ACÓRDÃO Nº 593/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 00361-00003398/2019-73. INTERESSADO: AMAURI SOUZA BRANDÃO. EMENTA: LEGALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. RECURSO DE SEGUNDA INSTÂNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. SUPERVENIENTE E ESPONTÂNEO PAGAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO INTERESSADO SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. EXTINÇÃO DO CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO. 1. O auto de infração combatido, lavrado com fulcro na Lei 2105/1998, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às quinze horas, de 05/03/2018, era responsável por "Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local" e "Fica o Responsável, pela obra, autuado por descumprimento do Auto de Interdição nº. D 067519-OEU emitido em 19/06/2017 sob pena de multa e demais sanções previstas na legislação vigente. A continuidade da infração sujeitará o Responsável a multas sucessivas em dobro. Já tendo sido aplicada multa anterior por meio do AUTO DE INFRAÇÃO D 729.562 - OEU emitida em 28/11/2017/Manual Procedimento Fiscal – Obra. K=5. ATO DECLARATORIO N0 12 de 26/12/2017- DODF 27/12/2017 (QUINQUAGESIMA MULTA)", conforma sua cópia em anexo (18847863). Já o Auto de Interdição nº. D 067519-OEU, emitido em 19/06/2017, e/ou o seu lançamento no SISAF LEGADO descrevem "Fica a obra interditada por descumprimento do Auto de Embargo nº D 067507- OEU, lavrado em 16/05/2017. A continuidade da infração sujeitará o proprietário a multas sucessivas. Obs. 2ª via entregue ao pedreiro da obra, o Sr. Newton Reis Carvalho. Ass. Abaixo". 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e os autos de interdição e de infração foram, respectivamente, arrojada e lavrados aparentemente de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. Da simples leitura dos autos de interdição e de infração se depreende que se trata de "Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local", a

despeito de o autuado ter tido a sua obra embargada anteriormente. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar/ocupar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra/edificação/cercamento se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. Destaco que a SUOB, em sede de réplica, esclareceu, nos autos deste SEI, que autos de infração foram lavrados pelo descumprimento do mesmo auto de interdição. Verifiquei que os autos de infração em comento NÃO foram emitidos na mesma data e, em alguns casos, foram emitidos com multas em dobro, nos termos da lei 2105/1998. 5. No entanto, a SUOB, também em sede de réplica, nos autos de Processo SEI 04017-00018851/2020-14, que trata de outro auto de infração, lavrado em face do mesmo autuado, pela mesma obra, se manifesta pela manutenção do auto e pede para que os valores dos autos de infração lavrados em face daquela obra sejam corrigidos, nos termos do Art. 128, da Lei 6138/2018 (137686512). 6. Por oportuno, sublinho que em pesquisa realizada no Sistema SISLANCA verifiquei que o lançamento do auto de infração em epígrafe se encontra com o "status" "Dívida Ativa 01 - PAGO", conforme cópia do seu extrato anexa (141479566). 7. O interessado, após o pagamento superveniente da multa, em 29/02/2024, não se manifestou indicando o interesse em ver o processo prosseguir até o seu fim com o julgamento do feito pelo mérito. 8. Em suma, após a expedição do documento fiscal hostilizado, a parte interessada apresentou tempestiva impugnação administrativa, em primeira instância. Inconformado com a decisão administrativa de primeiro grau que indeferiu o recurso e manteve o auto de infração, o interessado se manifestou novamente e apresentou recurso em segunda instância, junto à JAR, em 23/02/2021. Antes do julgamento deste segundo recurso, o interessado espontaneamente pagou a multa, o que provocou a extinção do crédito não tributário (141479566). Ademais, não se manifestou sobre o interesse no prosseguimento do processo até o seu fim com o julgamento do feito pelo mérito. 9. Com relação ao valor da multa, esclareço que, diferentemente do que ocorre com o atual Código de Obras do DF (Lei 6138/2018), o antigo Código de Obras do DF - Lei 2105/1998 - determina que as multas cumulativas aplicadas em dobro terão por base sempre o valor da multa originária. Deveras, o artigo 166 da lei 2105/1998, determinava que "As multas podem ser impostas em dobro ou de forma cumulativa, se ocorrer má-fé, dolo, reincidência ou infração continuada, obedecida a seguinte graduação...". E mais, o Art. 172 explicava que "Os valores das multas são reajustados de acordo com a Unidade Fiscal de Referência – UFIR ou outro índice que vier a substituí-la". Já o Art. 176 apontava que "O descumprimento do embargo ou da interdição torna o infrator incurso em multa cumulativa, calculada em dobro sobre a multa originária". 10. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe. No entanto, o pagamento espontâneo e superveniente da multa implica extinção do crédito não tributário. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, RECONHECE A EXTINÇÃO DO CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO EM FACE DO PAGAMENTO ESPONTÂNEO E SUPERVENIENTE DA MULTA. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 594/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE:

RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00014682/2021-24. INTERESSADO: DIEGO ANTUNES CAIXETA. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passíveis de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 22 de março de 2024. ACÓRDÃO Nº 595/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 0401700001331202234. INTERESSADO: CARMINDA CANDIDA DA COSTA SILVA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA LAVRADO POR OBRA/EDIFICAÇÃO EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O Auto de intimação demolitória, lavrado com fulcro na Lei 6138/2018, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às dezesseis horas e vinte minutos, de 07/01/2022, era responsável por "Obra em área pública" e "Fica a responsável por ocupação de área pública sobre a calçada INTIMADA A DEMOLIR e retirara a grade que obstrui a calçada", conforme sua cópia anexa (). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto de intimação demolitória foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Deveras, em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. A Fiscalização, com suas ações, realizadas em janeiro de 2022, determinou, por intermédio da emissão do auto de intimação demolitória, que a autuada regularizasse a situação, dentro do prazo legal de 30 dias. Passados mais de dois anos da autuação, a DF Legal não foi provocada sobre a expedição de autorização e/ou sobre a desocupação da área pública. 5. Explico também que os argumentos da defesa acerca da existência de outras situações idênticas na área não são idôneos a infirmar o auto por ausência de amparo legal e esta JAR não tem atribuição para tratar desse assunto. E este SEI não é o foro competente para tanto, podendo o interessado, visando auxiliar os trabalhos da Fiscalização, se utilizar dos canais competentes para informar o GDF sobre as indigitadas irregularidades. Ademais, da mesma forma, explico que a DF Legal não tem atribuição legal para autorizar e/ou regularizar ocupação de área pública ou ainda se manifestar sobre indigitados pedidos de regularização, cabendo ao interessado buscar providências junto aos órgãos competentes. 6. Por oportuno, explico que a intimação da decisões de primeira e segunda instâncias, nos termos da LEI Nº 4.567, DE 09 DE MAIO DE 2011, artigo 11, parágrafo terceiro, que "Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do

Distrito Federal e dá outras providências", podem ser feitas diretamente pelo DODF, a saber: "... intimação referente aos atos e decisões dos órgãos julgadores de primeira e de segunda instâncias em processos sujeitos à jurisdição contenciosa poderá ser efetuada diretamente por publicação no DODF". 7. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 8. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 9. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 596/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 0401700014437202206. INTERESSADO: FERNANDO FRAGOSO COSTA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA. EDIFICAÇÃO EXCEDENTE À LICENÇA CONCEDIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Início de obra em desconformidade com a licença emitida, excedendo os limites autorizados no alvará de construção, em violação aos artigos 15, III, 22 e 50 I da Lei nº 6.138/2018. 2. Construção de edifício residencial multifamiliar com cinco pavimentos em área permitida apenas para residencial unifamiliar, contrariando o zoneamento especificado pela Lei Complementar nº 948/2019. 3. A apresentação de alvará para área significativamente menor do que a executada não sana as infrações observadas, mantendo-se o embargo como medida preventiva e corretiva em face das disposições legais infringidas. 4. Recurso conhecido e improvido com base na legislação vigente e no poder de polícia administrativo exercido de acordo com a legislação urbanística. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. Decisão UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 597/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 0401700014437202206. INTERESSADO: FERNANDO FRAGOSO COSTA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA. EDIFICAÇÃO EXCEDENTE À LICENÇA CONCEDIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Início de obra em desconformidade com a licença emitida, excedendo os limites autorizados no alvará de construção, em violação aos artigos 15, III, 22 e 50 I da Lei nº 6.138/2018. 2. Construção de edifício residencial multifamiliar com cinco pavimentos em área permitida apenas para residencial unifamiliar, contrariando o zoneamento especificado pela Lei Complementar nº 948/2019. 3. A apresentação de alvará para área significativamente menor do que a executada não sana as infrações observadas, mantendo-se o embargo como medida preventiva e corretiva em face das disposições legais infringidas. 4. Recurso conhecido e improvido com base na legislação vigente e no poder de polícia administrativo exercido de acordo com a legislação urbanística. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. Decisão UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 598/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700005360202275. INTERESSADO: PULIA

IMPORTAÇÕES E PRODUÇÃO DE QUEIJOS ITALIANOS EIRELI. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras sem o devido licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de janeiro de 2024. ACÓRDÃO Nº 599/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700007005202079. INTERESSADO: DAHER CHAGAS MITTELSTAEDT. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras sem licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de janeiro de 2024. ACÓRDÃO Nº 600/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700004114202204. INTERESSADO: JPL ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S.A.. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSIVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de janeiro de 2024. ACÓRDÃO Nº 601/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700004503202221. INTERESSADO: OCTOBANCA CONVENIÊNCIA LTDA ME. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSIVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de janeiro de 2024. ACÓRDÃO Nº 602/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017000020997202291. INTERESSADO: ANDRÉ LUÍS DE JESUS SOUSA E SOUSA. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras sem licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de janeiro de 2024. ACÓRDÃO Nº 603/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700012509202272. INTERESSADO: JULIANA GOMES DE ASSUMPÇÃO. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSIVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 30 de janeiro de 2024. ACÓRDÃO Nº 604/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700016403202248. INTERESSADO: CELSO RICARDO PEREIRA ALVES. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSIVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 30 de janeiro de 2024. ACÓRDÃO Nº 605/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700021295202225. INTERESSADO: LUIS ANTONIO ANO BOM. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras sem licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 30 de janeiro de 2024. ACÓRDÃO Nº 606/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700019023202184. INTERESSADO: ELENILSON FERREIRA DA SILVA. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras sem licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 30 de janeiro de 2024. ACÓRDÃO Nº 607/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700002876202004. INTERESSADO: JANDER MOURÃO CAMELO. RELATORA:

JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras sem licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 23 de fevereiro de 2023. ACÓRDÃO Nº 608/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700014984202011. INTERESSADO: MARIA NOEL SPIES. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras sem licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 23 de fevereiro de 2023. ACÓRDÃO Nº 609/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00018275/2023-58. INTERESSADO: AMERICANAS S.A. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. VENDAS DE SACOLAS PLÁSTICAS. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.322/2019 veda fornecimento de sacolas plásticas. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 23 de fevereiro de 2023. ACÓRDÃO Nº 610/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700005645202044. INTERESSADO: ESPAÇO JARDINS EVENTOS. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obra sem licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 23 de fevereiro de 2023. ACÓRDÃO Nº 611/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017- 00012109/2023-48. RECORRENTE: LINEU JOSÉ PEDROSO. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS NOTIFICAÇÕES E 015957-FAU e E 006964-FAU. DECISÃO REVISTA. RECURSO PROVIDO. 1. A Lei 613/1993 alterada pela Lei nº 6.758/2020, Art. 1º Os proprietários e possuidores de imóveis edificadas ou não edificadas localizados em área urbana do Distrito Federal são obrigados a mantê-los limpos, em boas condições sanitárias, cercados ou murados, no limite de suas dimensões, ressalvados os casos de disposições em contrário estabelecidas em convenção de condomínio, bem como a construírem calçadas entre os limites do terreno e os da rua,

mantendo-as em boas condições de uso. 2. Recurso Conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 612/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 00361-00012786/2018-64. INTERESSADO: MARCUS VINÍCIUS DA SILVA DANTAS. RELATOR: MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA IRREGULAR EM COBERTURA DE EDIFÍCIO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. SOLICITA APRESENTAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA COM IDENTIFICAÇÃO INCORRETA DO RESPONSÁVEL. RECURSO PROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, que a responsabilidade para emissão de Laudo técnico quanto à segurança da edificação é daquele que cometeu a irregularidade, ora discutida nos autos; 2. Incorreta identificação do responsável pela penalidade prevista em lei; 3. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, anulando o auto de notificação de acordo com a ata de julgamento de 30 de Abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 613/2024 Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00002081-2022-50. Recorrente: Maria Lúcia Alves dos Anjos. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTFRAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM A LICENÇA DE OBRAS. PROMOVEDO DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE NOTIFICAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da Licença de Obras. 2. Lei 6.138/2018 prevê: Art. 123. As infrações classificam-se, para efeitos de multa, em leves, médias, graves e gravíssimas. § 2º São infrações médias: I - executar obras ou manter edificações passíveis de regularização, localizadas em área privada, sem licença ou em desacordo com o projeto habilitado; II - causar impedimento ou embaraço à atividade de fiscalização; III - manter obra ou edificação abandonada; IV - deixar de reparar os danos causados na pavimentação ou na urbanização; V - deixar de alterar os documentos de licenciamento, no caso de transferência de propriedade ou alteração do responsável técnico; VI - deixar de apresentar, quando solicitado pela fiscalização, a documentação de licenciamento; VII - deixar de garantir a acessibilidade à área pública no entorno da projeção ou do lote, durante a execução da obra; VIII - deixar de observar o correto direcionamento das águas pluviais para a rede pública. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Março de 2024. ACÓRDÃO Nº 614/2024 Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00006291-2022-17. Recorrente: Maria Lúcia Alves dos Anjos. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTFRAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM A LICENÇA DE OBRAS. PROMOVEDO DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da Licença de Obras. 2. Lei 6.138/2018 prevê: Art. 123. As infrações classificam-se, para efeitos de multa, em leves, médias, graves e gravíssimas. § 4º São infrações gravíssimas: I - deixar de adotar as providências determinadas pelo órgão competente em obras e edificações com risco iminente ou abandonada; II - executar obras

ou manter edificações não passíveis de regularização, localizadas em área pública; III - executar obra sem acompanhamento e registro do profissional habilitado, exceto em habitações unifamiliares; IV - descumprir auto de embargo, intimação demolitória e interdição; V - apresentar documentos sabidamente falsos; VI - deixar de providenciar o atestado de conclusão da obra. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Março de 2024. ACÓRDÃO Nº 615/2024 Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00029298/2021-26. Recorrente: Maria Lúcia Alves dos Anjos. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTFRAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM A LICENÇA DE OBRAS. PROMOVENDO DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da Licença de Obras. 2. Lei 6.138/2018 prevê: Art. 123. As infrações classificam-se, para efeitos de multa, em leves, médias, graves e gravíssimas. § 4º São infrações gravíssimas: I – deixar de adotar as providências determinadas pelo órgão competente em obras e edificações com risco iminente ou abandonada; II – executar obras ou manter edificações não passíveis de regularização, localizadas em área pública; III – executar obra sem acompanhamento e registro do profissional habilitado, exceto em habitações unifamiliares; IV – descumprir auto de embargo, intimação demolitória e interdição; V – apresentar documentos sabidamente falsos; VI – deixar de providenciar o atestado de conclusão da obra. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Março de 2024. ACÓRDÃO Nº 616/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00014682/2021-24. INTERESSADO: DIEGO ANTUNES CAIXETA. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passíveis de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 22 de março de 2024. ACÓRDÃO Nº 617/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0036100058204201713. INTERESSADO: DOROTHY SYLVIA OSTI COSCRATO. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, pelo PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 22 de março de 2024. ACÓRDÃO Nº 618/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA

CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700015987202072. INTERESSADO: ROBERTO CARLOS DA ROCHA. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras sem licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 23 de fevereiro de 2023. ACÓRDÃO Nº 619/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 00361-00000654/2019-71. INTERESSADO: LUCIANA DE FREITA SILVA. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA NÃO PASSÍVEL DE REGULAZIÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, pelo PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de março de 2024. ACÓRDÃO Nº 620/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00027686/2023-34. REQUERENTE: FERNANDO LINHARES. AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA NÃO PASSÍVEL DE REGULAZIÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de março de 2024. ACÓRDÃO Nº 621/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00004731/2019-04. INTERESSADO: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL TARTUCE. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA NÃO PASSÍVEL DE REGULAZIÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de março de 2024. ACÓRDÃO Nº 622/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00010185/2022-38. INTERESSADO: CONDOMÍNIO DO ED MULTI PARQUE. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. MANTÉM UM TOTEM ILUMINADO EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 3.036/2022 veda utilização de área pública sem a devida autorização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da

Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de março de 2024. ACÓRDÃO Nº 623/2024 ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DA JAR. RECURSO VOLUNTARIO: 04017- 00018544/2023-86. REQUERENTE: TATIANA TAVARES FERREIRA (TAPIOCA DA TATI). RELATOR: Conselheiro MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE INTERDIÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 14, INC. IV e 15, DA LEI Nº 4.257/2008. SANÇÃO QUE DEVE SER APLICADA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. PREVISÃO LEGAL DO ART. 16, INC. III DA Nº4.257/2008. ATO ADMINISTRATIVO VÁLIDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNANIME.

1. Conforme previsão do art. 14, inc. IV, da Lei nº 4.257/2008, toda e qualquer atividade econômica precederá de Alvará de Localização e Funcionamento e demais documentos relativos ao quiosque ou trailer em local visível; 2. Ainda de acordo com o artigo 15 da referida norma Lei 4.257/2008, somente diz que é permitido o funcionamento da atividade econômica de ambulante, após a emissão do respectivo alvará de localização e funcionamento, nos termos da legislação vigente. 3. Em razão do descumprimento da norma, o artigo 16, Inciso III, da mesma Lei, prevê a total ou parcial interdição. 4. Ato administrativo válido por obedecer aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e da fundamentação dos atos administrativos. 5. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 624/2024 ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DA JAR. RECURSO ADMINISTRATIVO: 0361000728/2017. RECORRENTE: FRANCISCO NOVAIS DE CARVALHO FILHO. RELATOR: Conselheiro MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO. DESCUMPRIMENTO DA LEI 6.766/79. ÁREA NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. OBRA EXECUTADA EM ÁREA NÃO LEGALIZADA E SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO PRÉVIO. MEDIDA EXTREMA DEMOLITÓRIA APLICADA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. PREVISÃO LEGAL DO ART. 124, V C/C ART. 133, CAPUT, DA LEI 6.138.2018. ATO ADMINISTRATIVO VÁLIDO POR OBEDECER AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, UNÂNIME. 1. A Lei 6.766/79, estabelece que o parcelamento de solo urbano para fins residenciais somente pode ser iniciado após à prévia autorização do Poder Público e com o devido registro do empreendimento no cartório de imóveis. 2. A edificação sem a devida e prévia autorização, realizada em parcelamento irregular do solo, está sujeita às sanções administrativas previstas no art. 124, inc.V e art. 133, caput, da Lei de Edificações do Distrito Federal, além das sanções penais do art. 50, da Lei 6.766/79. 3. Nos termos do art. 133, caput, da Lei 6.138/2018, a intimação demolitória é imposta quando se trate de obra ou edificação não passível de regularização. 4. Ato administrativo válido por obedecer aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e o da fundamentação dos atos públicos. 5. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 625/2024 ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DA JAR. RECURSO

ADMINISTRATIVO: 04017.00029319/2023-75. RELATOR: Conselheiro MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. DEFESA APRESENTADA POR TERCEIROS SEM AUTORIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA REVELIA. OBRA EXECUTADA EM PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO PARA FINS URBANOS. OBRA INICIADA SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO OU LICENCIAMENTO PRÉVIO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 14, 15 E 22, DA LEI 6.138/2018. SANÇÃO QUE DEVE SER APLICADA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. PREVISÃO LEGAL DO ART. 124, III C/C ART. 131, II, DA LEI 6.138/2018. ATO ADMINISTRATIVO VÁLIDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNANIME. 1. A impugnação deve ser apresentada pelo autuado ou por quem o mesmo autorize, sob pena de não conhecimento da defesa e aplicação da revelia. 2. A Lei 6.138/2018, nos termos do art. 14, 15 e 22, prevê que o contribuinte somente pode dar uma obra de edificação após à emissão prévia da licença de obra pelo Poder Público. 3. A realização de obra em área de parcelamento irregular do solo para fins urbanos, deve ser embargada de imediato por se tratar de área e obra não passível de regularização, nos termos do art. 124, III c/c art. 131, II, do Código de Edificações. 4. Nos termos dos arts. 124, inc. III c/c 131, II, da Lei 6.138/2018, a obra deve ser imediatamente embargada quando não for passível de regularização. 5. Ato administrativo válido por obedecer aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e da fundamentação dos atos administrativos. 6. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 626/2024 ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DA JAR. PROCESSO: 04017- 00024649/2023-74. REQUERENTE: IGREJA NACIONAL DO SENHOR JESUS CRISTO. RELATOR: Conselheiro MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA EXECUTADA EM PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO PARA FINS URBANOS. OBRA INICIADA SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO OU LICENCIAMENTO PRÉVIO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 14, 15 E 22, DA LEI 6.138/2018. SANÇÃO QUE DEVE SER APLICADA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. PREVISÃO LEGAL DO ART. 124, III C/C ART. 131, II, DA LEI 6.138/2018. ATO ADMINISTRATIVO VÁLIDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNANIME. 1. Lei 6.138/2018, nos termos do art. 14, 15 e 22, prevê que o contribuinte somente pode dar uma obra de edificação após à emissão prévia da licença de obra pelo Poder Público. 2. A realização de obra em área de parcelamento irregular do solo para fins urbanos, deve ser embargada de imediato por se tratar de área e obra não passível de regularização, nos termos do art. 124, III c/c art. 131, II, do Código de Edificações. 3. Nos termos dos arts. 124, inc. III c/c 131, II, da Lei 6.138/2018, a obra deve ser imediatamente embargada quando não for passível de regularização. 4. Ato administrativo válido por obedecer aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e da fundamentação dos atos administrativos. 5. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 627/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00012703/2019-52. INTERESSADO: JAIRO CELSO CORREA MARÇAL. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: RHBT-000.287.1/2019 de 29/05/2019. RECURSO IMPROVIDO. 1. Autenticidade dos atos administrativos. 2. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Março de 2024. ACÓRDÃO Nº 628/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00012109/2023-48. RECORRENTE: LINEU JOSÉ PEDROSO. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS NOTIFICAÇÕES E 015957-FAU e E 006964-FAU. DECISÃO REVISTA. RECURSO PROVIDO. 1. A Lei 613/1993 alterada pela Lei nº 6.758/2020, Art. 1º Os proprietários e possuidores de imóveis edificados ou não edificados localizados em área urbana do Distrito Federal são obrigados a mantê-los limpos, em boas condições sanitárias, cercados ou murados, no limite de suas dimensões, ressalvados os casos de disposições em contrário estabelecidas em convenção de condomínio, bem como a construir calçadas entre os limites do terreno e os da rua, mantendo-as em boas condições de uso. 2. Recurso Conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 629/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO NECESSÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 04017-00031805/2021-91. INTERESSADO: GEAN CARLOS ALMEIDA DE MACEDO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESATENDIMENTO A AUTO DE EMBARGO, QUE, POR AUS VEZ, FOI EMITIDO POR OBRA/EDIFICAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O Auto de infração, lavrado com fulcro na Lei 6138/2018, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às onze horas, de 18/11/2021, era responsável por "FICA O PROPRIETÁRIO AUTUADO POR DESCUMPRIMENTO DO AUTO DE EMBARGO D081452OEU EMITIDO EM 14/09/2021 K=3 (ÁREA DE 1200,00) MULTA GRAVÍSSIMA - VALORE BASE R\$5630,82", conforma sua cópia em anexo (84036555). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto de infração foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Deveras, em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Por oportuno, explico que a intimação da decisões de primeira e segunda instâncias, nos termos da LEI Nº 4.567, DE 09 DE MAIO DE 2011, artigo 11, parágrafo terceiro, que "Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências", podem ser feitas diretamente pelo DODF, a saber: "... intimação referente aos atos e decisões dos órgãos julgadores de primeira e de segunda instâncias em processos sujeitos à jurisdição contenciosa poderá ser efetuada diretamente por publicação no DODF". 4. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige

licenciamento. 5. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 6. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 7. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 630/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 00361-00003398/2019-73. INTERESSADO: AMAURI SOUZA BRANDÃO. EMENTA: LEGALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. RECURSO DE SEGUNDA INSTÂNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. SUPERVENIENTE E ESPONTÂNEO PAGAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO INTERESSADO SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. EXTINÇÃO DO CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO. 1. O auto de infração combatido, lavrado com fulcro na Lei 2105/1998, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às quinze horas, de 05/03/2018, era responsável por “Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local” e “Fica o Responsável, pela obra, autuado por descumprimento do Auto de Interdição nº. D 067519-OEU emitido em 19/06/2017 sob pena de multa e demais sanções previstas na legislação vigente. A continuidade da infração sujeitará o Responsável a multas sucessivas em dobro. Já tendo sido aplicada multa anterior por meio do AUTO DE INFRAÇÃO D 729.562 – OEU emitida em 28/11/2017/Manual Procedimento Fiscal – Obra. K=5. ATO DECLARATORIO N0 12 de 26/12/2017- DODF 27/12/2017 (QUINQUAGESIMA MULTA)”, conforma sua cópia em anexo (18847863). Já o Auto de Interdição nº. D 067519-OEU, emitido em 19/06/2017, e/ou o seu lançamento no SISAF LEGADO descrevem “Fica a obra interdita por descumprimento do Auto de Embargo nº D 067507-OEU, lavrado em 16/05/2017. A continuidade da infração sujeitará o proprietário a multas sucessivas. Obs. 2ª via entregue ao pedreiro da obra, o Sr. Newton Reis Carvalho. Ass. Abaixo”. 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e os autos de interdição e de infração foram, respectivamente, arrosada e lavrados aparentemente de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. Da simples leitura dos autos de interdição e de infração se depreende que se trata de “Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local”, a despeito de o autuado ter tido a sua obra embargada anteriormente. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar/ocupar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra/edificação/cercamento se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. Destaco que a SUOB, em sede de réplica, esclareceu, nos autos deste SEI, que autos de infração foram lavrados pelo descumprimento do mesmo auto de interdição. Verifiquei que os autos de infração em

comento NÃO foram emitidos na mesma data e, em alguns casos, foram emitidos com multas em dobro, nos termos da lei 2105/1998. 5. No entanto, a SUOB, também em sede de réplica, nos autos de Processo SEI 04017-00018851/2020-14, que trata de outro auto de infração, lavrado em face do mesmo autuado, pela mesma obra, se manifesta pela manutenção do auto e pede para que os valores dos autos de infração lavrados em face daquela obra sejam corrigidos, nos termos do Art. 128, da Lei 6138/2018 (137686512). 6. Por oportuno, sublinho que em pesquisa realizada no Sistema SISLANCA verifiquei que o lançamento do auto de infração em epígrafe se encontra com o “status” “Dívida Ativa 01 – PAGO”, conforme cópia do seu extrato anexa (141479566). 7. O interessado, após o pagamento superveniente da multa, em 29/02/2024, não se manifestou indicando o interesse em ver o processo prosseguir até o seu fim com o julgamento do feito pelo mérito. 8. Em suma, após a expedição do documento fiscal hostilizado, a parte interessada apresentou tempestiva impugnação administrativa, em primeira instância. Inconformado com a decisão administrativa de primeiro grau que indeferiu o recurso e manteve o auto de infração, o interessado se manifestou novamente e apresentou recurso em segunda instância, junto à JAR, em 23/02/2021. Antes do julgamento deste segundo recurso, o interessado espontaneamente pagou a multa, o que provocou a extinção do crédito não tributário (141479566). Ademais, não se manifestou sobre o interesse no prosseguimento do processo até o seu fim com o julgamento do feito pelo mérito. 9. Com relação ao valor da multa, esclareço que, diferentemente do que ocorre com o atual Código de Obras do DF (Lei 6138/2018), o antigo Código de Obras do DF – Lei 2105/1998 – determina que as multas cumulativas aplicadas em dobro terão por base sempre o valor da multa originária. Deveras, o artigo 166 da lei 2105/1998, determinava que “As multas podem ser impostas em dobro ou de forma cumulativa, se ocorrer má-fé, dolo, reincidência ou infração continuada, obedecida a seguinte graduação...”. E mais, o Art. 172 explicava que “Os valores das multas são reajustados de acordo com a Unidade Fiscal de Referência – UFIR ou outro índice que vier a substituí-la”. Já o Art. 176 apontava que “O descumprimento do embargo ou da interdição torna o infrator incurso em multa cumulativa, calculada em dobro sobre a multa originária”. 10. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe. No entanto, o pagamento espontâneo e superveniente da multa implica extinção do crédito não tributário. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, RECONHECE A EXTINÇÃO DO CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO EM FACE DO PAGAMENTO ESPONTÂNEO E SUPERVENIENTE DA MULTA. UNÂNIME, 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 631/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 0036100003393/2019-41. INTERESSADO: AMAURI SOUSA BRANDÃO. EMENTA: LEGALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. RECURSO DE SEGUNDA INSTÂNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. SUPERVENIENTE E ESPONTÂNEO PAGAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO INTERESSADO SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. EXTINÇÃO DO CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO. 1. O auto de infração combatido, lavrado com fulcro na Lei 6138/2018, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às dez horas e quarenta minutos, de 02/02/2018, era responsável por "Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local" e "Fica o Responsável, pela obra, autuado por descumprimento do Auto de Embargo nº D 067507 – OEU emitido em 16/05/2017 sob pena de multa e demais sanções previstas na legislação vigente. A continuidade da infração sujeitará o Responsável a multas sucessivas em dobro. Já tendo sido aplicada multa anterior por meio do AUTO DE

INFRAÇÃO D 729.561 - OEU emitida em 28/11/2017/Manual Procedimento Fiscal – Obra. K=5. ATO DECLARATORIO N0 12 de 26/12/2017- DODF 27/12/2017 (TRIGESIMA PRIMEIRA MULTA) ", conforma sua cópia em anexo (18847821). Já o Auto de Embargo nº. D 067507 – OEU, emitido em 16/05/2017, e/ou o seu lançamento no SISAF LEGADO descrevem "OBRA SEM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO (PASSÍVEL de regularização)" e "Execução da alvenaria do 3º pavimento (térreo mais dois), 2º pavimento com escoramento da 2ª laje, alvenaria sem chapisco, sem esquadrias, e sem documentação que a regularize. A obra deverá ser paralisada sob pena de multa e outras penalidades previstas na legislação vigente. Obs. 2ª via entregue ao encarregado, o Sr. José Edson Ferreira.". 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto de infração foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Deveras, em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Esclareço que a decisão de primeira instância e os autos de notificação e de infração foram, respectivamente, arrojada e lavrados de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. Da simples leitura dos autos de embargo e de infração se depreende que se trata de "Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local". 4. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar/ocupar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra/edificação/cercamento se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 5. Destaco que a SUOB, em sede de réplica, se manifestou pela manutenção do auto de infração (137386523): "...trata o caderno processual sobre a solicitação que a autoridade fiscal responsável pela lavratura do Auto de Infração nº D 731042-OEU, de 02/02/2018, ao diretor responsável pela DIFIS 4, manifeste-se em réplica opinando conclusivamente, ao final, pela manutenção ou anulação do auto, visando atendimento ao solicitado no despacho DF LEGAL/SUARF. O AUTO DE INFRAÇÃO 18847821 lavrado em desfavor do requerente, é o resultado à desobediência ao AUTO DE EMBARGO D067507-OEU, de 16/05/2017. Sendo assim, somos pela manutenção do AUTO DE INFRAÇÃO, objeto deste julgamento, considerando não haver elementos que possam subsidiar a anulação do feito....". 6. No entanto, a SUOB, também em sede de réplica, nos autos de Processo SEI 04017-00018851/2020-14, que trata de outro auto de infração, lavrado em face do mesmo autuado, pela mesma obra, se manifesta pela manutenção do auto, mas pede para que os valores dos autos de infração lavrados em face daquela obra sejam corrigidos, nos termos do Art. 128, da Lei 6138/2018 (137686512). 7. O interessado, após o pagamento superveniente da multa, em 29/02/2024, não se manifestou indicando o interesse em ver o processo prosseguir até o seu fim com o julgamento do feito pelo mérito. 8. Em suma, após a expedição do documento fiscal hostilizado, a parte interessada apresentou tempestiva impugnação administrativa, em primeira instância. Inconformado com a decisão administrativa de primeiro grau que indeferiu o recurso e manteve o auto de infração, o interessado se manifestou novamente e apresentou recurso em segunda instância, junto à JAR, em 23/02/2021. Antes do

Julgamento deste segundo recurso, o interessado espontaneamente pagou a multa, o que provocou a extinção do crédito não tributário (141479566). Ademais, não se manifestou sobre o interesse no prosseguimento do processo até o seu fim com o julgamento do feito pelo mérito. 9. Com relação ao valor da multa, esclareço que, diferentemente do que ocorre com o atual Código de Obras do DF (Lei 6138/2018), o antigo Código de Obras do DF - Lei 2105/1998 - determina que as multas cumulativas aplicadas em dobro terão por base sempre o valor da multa originária. Deveras, o artigo 166 da lei 2105/1998, determinava que "As multas podem ser impostas em dobro ou de forma cumulativa, se ocorrer má-fé, dolo, reincidência ou infração continuada, obedecida a seguinte graduação...". E mais, o Art. 172 explicava que "Os valores das multas são reajustados de acordo com a Unidade Fiscal de Referência – UFIR ou outro índice que vier a substituí-la". Já o Art. 176 apontava que "O descumprimento do embargo ou da interdição torna o infrator incurso em multa cumulativa, calculada em dobro sobre a multa originária". 10. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe. No entanto, o pagamento espontâneo e superveniente da multa implica extinção do crédito não tributário. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, RECONHECE A EXTINÇÃO DO CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO EM FACE DO PAGAMENTO ESPONTÂNEO E SUPERVENIENTE DA MULTA. UNÂNIME, de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 632/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 0401700004631/2019-35. INTERESSADO: AMAURI SOUSA BRANDÃO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESATENDIMENTO A AUTO DE INTERDIÇÃO QUE, POR SUA VEZ, FOI EMITIDO POR OBRA/EDIFICAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O auto de infração combatido, lavrado com fulcro na Lei 2105/98 é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às nove horas e cinquenta e dois minutos, de 22/12/2017, era responsável por "Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local" e "Fica o Responsável, pela obra, autuado por descumprimento do Auto de Interdição nº. D 067519-OEU emitido em 19/06/2017 sob pena de multa e demais sanções previstas na legislação vigente. A continuidade da infração sujeitará o Responsável a multas sucessivas em dobro. Já tendo sido aplicada multa anterior por meio do AUTO DE INFRAÇÃO D 729.562 - OEU emitida em 28/11/2017/Manual Procedimento Fiscal – Obra. K=5. (DECIMA PRIMEIRA MULTA)", conforma sua cópia em anexo (). Já o Auto de Interdição nº. D 067519-OEU, emitido em 19/06/2017, e/ou o seu lançamento no SISAF LEGADO descrevem "Fica a obra interdita por descumprimento do Auto de Embargo nº D 067507-OEU, lavrado em 16/05/2017. A continuidade da infração sujeitará o proprietário a multas sucessivas. Obs. 2ª via entregue ao pedreiro da obra, o Sr. Newton Reis Carvalho. Ass. Abaixo". 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e os autos de interdição e de infração foram, respectivamente, arrojada e lavrados aparentemente de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. Da simples leitura dos autos de interdição e de infração se depreende que se trata de "Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local", a despeito de o autuado ter tido a sua obra embargada anteriormente. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar/ocupar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de

autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra/edificação/cercamento se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. Destaco que a SUOB, em sede de réplica, se manifestou, neste SEI, pela manutenção do auto de infração (137689322): "Trata-se de caderno processual instaurado em razão da lavratura do AUTO DE INFRAÇÃO nº D 729891-OEU, de 22/12/2017, em desfavor de AMAURI SOUSA BRANDÃO, no valor de R\$ 4.968,90 (quatro mil novecentos e sessenta e oito reais e noventa centavos), por suposta violação aos termos do ART. 51 da Lei 2105/98. O AUTO DE INFRAÇÃO 19970257 lavrado em desfavor do requerente, é o resultado à desobediência ao AUTO DE INTERDIÇÃO D-067519-OEU, de 19/06/2017. Sendo assim, somos pela manutenção do AUTO DE INFRAÇÃO objeto deste julgamento, considerando não haver elementos que possam subsidiar a anulação do feito". 5. A SUOB, em sede de réplica, nos autos do Processo SEI (00361-00003398/2019-73), que trata de recurso de outro auto de infração pelo desatendimento da interdição, esclareceu que autos de infração foram lavrados pelo descumprimento do mesmo auto de interdição. Verifiquei que os autos de infração em comento NÃO foram emitidos na mesma data e, em alguns casos, foram emitidos aparentemente com multas em dobro, nos termos da lei 6138/2018. Deveras, o auto de infração D 731433-OEU, de 05/03/2018, foi emitido pelo desatendimento do auto de interdição D 067519 OEU. No seu corpo, no tópico "infrações cometidas", consta informação expressa que foi emitido auto de infração anterior: D 729562 OEU, de 28/11/2017. Já o auto de infração D 729839 OEU, de 22/12/2017, conforme informações da SUOB, também foi emitido pelo descumprimento do mesmo auto de interdição, contendo informações que já havia sido emitido o auto de infração D 729562 OEU, de 28/11/2017. Assim, me parece que os autos foram emitidos em datas distintas e levando em consideração as lavraturas anteriores e a insistência do autuado em continuar desobedecendo à interdição. Aqui, cabe quadrar, que o Art. 128, da Lei 6138/2018, estabelece que no "...caso de reincidência ou de infração continuada, as multas são aplicadas de forma cumulativa e calculadas pelo dobro do valor da última multa aplicada". 6. No entanto, noutro giro, a SUOB, também em sede de réplica, nos autos de Processo SEI 04017-00018851/2020-14, que trata de outro auto de infração, lavrado em face do mesmo autuado, pela mesma obra, se manifesta pela manutenção do auto, mas pede para que os valores dos autos de infração lavrados em face daquela obra sejam corrigidos, nos termos do Art. 128, da Lei 6138/201 (137686512). 7. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei Lei 2105/98. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 8. Com relação ao valor da multa, esclareço que, diferentemente do que ocorre com o atual Código de Obras do DF (Lei 6138/2018), o antigo Código de Obras do DF - Lei 2105/1998 - determinava que as multas cumulativas aplicadas em dobro terão por base sempre o valor da multa originária. Deveras, o artigo 166 da lei 2105/1998, determinava que "As multas podem ser impostas em dobro ou de forma cumulativa, se ocorrer má-fé, dolo, reincidência ou infração continuada, obedecida a seguinte graduação...". E mais, o Art. 172 explicava que "Os valores das multas são reajustados de acordo com a Unidade Fiscal de Referência – UFIR ou outro índice que vier a substituí-la". Já o Art. 176 apontava que "O descumprimento do embargo ou da interdição torna o infrator incurso em multa cumulativa, calculada em dobro

sobre a multa originária". 9. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 10. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 633/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 00361-00054303/2017-18. INTERESSADO: ANDREA FONTENELE FERREIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO POR ESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÃO (TORRE) SEM AUTORIZAÇÃO. AUTUADO É PESSOA DIVERSA DOS RESPONSÁVEIS PELA REFERIDA ESTRUTURA. ILEGALIDADE DA EMISSÃO DO AUTO E DA SUA MANTENÇA. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. 1. O auto combatido, lavrado com fulcro na Lei 2105/1998, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às quinze horas e dez minutos, de 27/07/2017, era responsável por "Obra de instalação de ERB sem licenciamento no local", conforma sua cópia em anexo (2153586). Já o Auto de embargo nº. D042192-OEU, emitido em 19/06/2017, e/ou o seu lançamento no SISAF LEGADO descrevem "Obra de instalação de ERB (antena de telefonia) dentro do lote, sem autorização.". 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e os autos de notificação e de infração foram, respectivamente, arrojada e lavrados de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. Da simples leitura dos autos de embargo e/ou de infração se depreende que se trata de "Obra de instalação de ERB sem licenciamento no local", conforma sua cópia em anexo (2153586). 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar/ocupar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra/edificação/cercamento se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 5. O recorrente alega que a LC 971/2020 teria efeito retroativo. Aduz que "... se a infraestrutura de suporte ainda estivesse instalada, não poderia essa Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal aplicar quaisquer penalidades de decorrente da ausência de licenciamento, incluindo aquelas advindas dc processos anteriores à publicação da Lei Complementar nº 971/2020 e Decreto nº 41.446/2020.." Sublinho que a estrutura foi retirada. 6. Ademais, chama a atenção que a recorrente alega ilegitimidade da autuada para figurar como responsável pela obra/antena, pois, ainda segundo a defesa, o recorrente é a empresa de comunicação responsável pela obra (antena) e o proprietário do lote onde estava localizada a antena, com quem a empresa firmou contrato, é pessoa diversa da autuada. O recorrente juntou cópia de contrato de locação registrado em cartório, com a

defesa de primeira instância administrativa. 7. Por outro lado, a SUOB, em sede de réplica, insiste que o auto de infração deve ser mantido. A despeito de a SUOB reconhecer que a estrutura foi retirada, com relação à alegação da defesa, segundo a qual o autuado não seria o responsável pela estrutura, entende a SUOB que, no momento da vistoria que culminou com a lavratura do auto de infração, a estrutura estava irregular, mas nada disse sobre a indigitada ilegitimidade do autuado. 8. Assim, por um lado, apesar da presunção relativa de legitimidade e legalidade, que informa os atos administrativos, salvo melhor juízo, entendo que os argumentos do recorrente, apresentados e amparados por documentos, são robustos e colocam dúvidas sérias sobre a responsabilidade do autuado. Por outro lado, a Fiscalização nada disse sobre os referidos argumentos em nenhuma das oportunidades em que falou nos autos deste SEI. 9. O fato de a autuada ter recebido e assinado o documento, por força de lei, não configura confissão e, portanto, de forma alguma, prova a sua responsabilidade. Só prova que o documento foi entregue. 10. Assim, analisados os documentos juntados a este SEI, a Primeira Câmara desta JAR entendeu, à unanimidade, que o auto de infração pode ter sido emitido em face de pessoa diversa dos responsáveis pela estrutura, o que justifica a sua anulação, eis que a SUOB não tratou do assunto diretamente nas oportunidades em que foi instada a fazê-lo. 11. Recurso conhecido e PROVIDO. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 634/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 0401700018851/2020-14. INTERESSADO: AMAURI SOUZA BRANDÃO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESATENDIMENTO A AUTO DE EMBARGO QUE, POR SUA VEZ, FOI EMITIDO POR OBRA/EDIFICAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O auto de infração combatido, lavrado com fulcro na Lei 2105/98 é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às quinze horas, de 05/03/2018, era responsável "Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local" e "Fica o Responsável, pela obra, autuado por descumprimento do Auto de Embargo nº D 067507 – OEU emitido em 16/05/2017 sob pena de multa e demais sanções previstas na legislação vigente. A continuidade da infração sujeitará o Responsável a multas sucessivas em dobro. Já tendo sido aplicada multa anterior por meio do AUTO DE INFRAÇÃO D 729.561 - OEU emitida em 28/11/2017/Manual Procedimento Fiscal – Obra. K=5. ATO DECLARATORIO Nº 12 de 26/12/2017- DODF 27/12/2017 (QUINQUAGESIMA MULTA) ", conforma sua cópia em anexo (49503938). Já o Auto de Embargo nº D 067507 – OEU, emitido em 16/05/2017, e/ou o seu lançamento no SISAF LEGADO descrevem "Execução da alvenaria do 3º pavimento (térreo mais dois), 2º pavimento com escoramento da 2ª laje, alvenaria sem chapisco, sem esquadrias, e sem documentação que a regularize. A obra deverá ser paralisada sob pena de multa e outras penalidades previstas na legislação vigente. Obs. 2ª via entregue ao encarregado, o Sr. José Edson Ferreira.". 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto de infração foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Deveras, em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Esclareço que a decisão de primeira instância e os autos de notificação e de infração foram, respectivamente, arrojada e lavrados de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos

legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. Da simples leitura dos autos de interdição e de infração se depreende que se trata de "Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local", a despeito de o autuado ter tido a sua obra embargada anteriormente. 4. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar/ocupar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Iguamente, não demonstrou que sua obra/edificação/cercamento se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 5. A SUOB, por sua vez, em sede de nova réplica, se manifesta pela manutenção do auto, mas pede que os valores dos autos de infração lavrados em face daquela obra sejam corrigidos, nos termos do Art. 128, da Lei 6138/2018, a saber (137686512): "... Trata o caderno processual sobre a solicitação que a autoridade fiscal responsável pela lavratura do AUTO DE INFRAÇÃO Nº D 731411- OEU, de 05/03/2018, ao diretor responsável pela DIFIS 4, manifeste-se em réplica opinando conclusivamente, ao final, pela manutenção ou anulação do auto, visando atendimento ao solicitado no despacho DF LEGAL/SUARF. 135959814. O AUTO DE INFRAÇÃO 49503938 lavrado em desfavor do requerente, é o resultado à desobediência ao AUTO DE EMBARGO D-067507-OEU, de 16/05/2017. Ressaltamos, porém, que já havia sido expedido o AUTOS DE INFRAÇÃO D 731042 OEU de 02/02/2018, com valores semelhantes ao original objeto deste julgamento. Ele foi expedido já em descumprimento ao AUTO DE EMBARGO mencionado nos autos. Sendo assim, somos pela manutenção do AUTO DE INFRAÇÃO objeto deste julgamento, com sua correção de valores, ao tempo em que sugerimos a correção dos valores dos autos antecessores mencionados acima. Considerando não haver elementos que possam subsidiar a anulação do feito...". 6. Verifiquei que os autos de infração em comento NÃO foram emitidos na mesma data e, em alguns casos, foram emitidos com multas em dobro, nos termos da lei 6138/2018. Deveras, o auto de infração D 731433-OEU, de 05/03/2018, foi emitido pelo desatendimento do auto de interdição D 067519 OEU. No seu corpo, no tópico "infrações cometidas", consta informação expressa que foi emitido auto de infração anterior: D 729562 OEU, de 28/11/2017. Já o auto de infração D 729839 OEU, de 22/12/2017, conforme informações da SUOB, também foi emitido pelo descumprimento do mesmo auto de interdição, contendo informações que já havia sido emitido o auto de infração D 729562 OEU, de 28/11/2017. Assim, me parece que os autos foram emitidos em datas distintas e levando em consideração as lavraturas anteriores e a insistência do autuado em continuar desobedecendo à interdição. 7. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 8. Com relação ao valor da multa, esclareço que, diferentemente do que ocorre com o atual Código de Obras do DF (Lei 6138/2018), o antigo Código de Obras do DF - Lei 2105/1998 - determinava que as multas cumulativas aplicadas em dobro terão por base sempre o valor da multa originária. Deveras, o artigo 166 da lei 2105/1998, determinava que "As multas podem ser impostas em dobro ou de forma cumulativa, se ocorrer má-fé, dolo, reincidência ou infração continuada, obedecida a seguinte

graduação...". E mais, o Art. 172 explicava que "Os valores das multas são reajustados de acordo com a Unidade Fiscal de Referência – UFIR ou outro índice que vier a substituí-la". Já o Art. 176 apontava que "O descumprimento do embargo ou da interdição torna o infrator incurso em multa cumulativa, calculada em dobro sobre a multa originária". 9. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 10. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME. ACÓRDÃO Nº 635/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 04017.00029976/2023-12. REQUERENTE: BAR TO COZINHA BAR E RESTANTE LTDA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA LAVRADO OBRA SEM LICENCIAMENTO. LEGALIDADE DA SUA LAVRATURA. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. ATENDIMENTO SUPERVENIENTE DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS CONTIDAS NO AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. AUTO REVOGADO. RECURSO PROVIDO. 1. O auto de intimação demolitória combatido, lavrado com fulcro na Lei 6138/2018, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às vinte horas e cinquenta e nove minutos, de 25/10/2023, era responsável por "Obra em área pública" e "Execução de piso de concreto com cobertura fixa em área pública", conforma sua cópia em anexo (). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto de embargo foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir (alvará de construção e/ou alvará de modificação) e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Eventual lapso de tempo, por si só, não convalida obra sem autorização, ainda que já concluída. Outra fosse a interpretação da lei, a conclusão de obra irregular e/ou o lapso temporal e o pagamento de eventual multa a convalidaria, causando enorme perigo a comunidade. 4. No entanto, a SUOB, em sede de réplica, se manifesta pela revogação do auto de embargo em face do atendimento das exigências legais nele contidas, saber (138313316): "... Plantão Noturno, nos termos da ECP 1474/2023, atendendo às demandas de forma individual ou junto com a respectiva equipe, em vistoria / diligências em obras em execução fora do horário comercial (Lei Nº 6138/20218, Arts. 4º, 13 e 15, inciso VIII). Acompanhamento também para verificações de possível ocupação de área pública por ambulantes. Em atendimento do processo SEI 00052-00032173/2023-59, neste endereço acima qualificado, em vistoria no local foi constatado que existe ocupação de área pública, porém licenciada Nº 04/2023 pela Administração Regional de Riacho Fundo, processo Nº 00301- 00001149/2023-43, com vigência até 05/09/2024.... Ocupação de área pública licenciada..." 5. Assim, analisados os documentos e argumentos apresentados a este SEI, não é forçoso admitir que o auto em epígrafe foi lavrado nos termos e limites da Legislação, mas, o atendimentos das exigências legais nele contidas, por si só, justifica a sua

revogação. 6. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe; atendimento superveniente das exigências legais nele contidas. 7. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto e ao evoga-lo, pela atendimento das exigências legais nele contidas. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME. ACÓRDÃO Nº 636/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00007744/2020-61. RECORRENTE: ODELIO DOS REIS MARTINS. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EM ÁREA PÚBLICA. AUTO DE INFRAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE INT. DEMOLITÓRIA. A CONTINUIDADE DA INFRAÇÃO SUJEITARÁ O RESPONSÁVEL A MULTAS SUCESSIVAS EM DOBRO E DEMAIS SANÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. ÁREA = 80 M2 = K1 = ATÉ 500 M2 = R\$ 5.352,49. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Art. 123. As infrações classificam-se, para efeitos de multa, em leves, médias, graves e gravíssimas. § 4º São infrações gravíssimas: inc. IV - descumprir auto de embargo, intimação demolitória e interdição; da Lei 6138/2018, Art. 124. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o infrator se sujeita às seguintes sanções, aplicáveis de forma isolada ou cumulativa: (...) II – multa. 2. O auto combatido, lavrado com fulcro é cristalino quando elucida que o autuado, no momento da vistoria, realizada às 11h55 min (onze horas e cinquenta e cinco minutos), do dia 11/05/2020 estava descumprindo a Legislação à saber: Obra em área pública. Auto de Infração por descumprimento de Int. Demolitória. A continuidade da infração sujeitará o responsável a multas sucessivas em dobro e demais sanções previstas na legislação vigente. Área = 80 m2 = k1 = até 500 m2 = R\$ 5.352,49. no valor de R\$ 5.352,49 (CINCO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS),. 3. Esclarecemos que a decisão de primeira instância e o Auto de Infração foram, respectivamente, arrazoada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 22 de março de 2024. ACÓRDÃO Nº 637/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO NECESSÁRIO. PROCESSO: 04017.00033384/2022-14. REQUERENTE: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MILLENIUM FLAT SERVICE DOC. IDENTIFICAÇÃO: 04.704.794/0001-25. RELATOR: MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO ANULADO PELA SEDUH. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA E RECONSIDERAÇÃO MANTIDAS. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra sem o devido licenciamento; 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção no DF; 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação; 4. Alvará de Construção anulado pela SEDUH; 5. Recurso Conhecido e Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros

da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO NECESSÁRIO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento, mantendo-se a decisão de 1º instância e Reconsideração, de acordo com a ata de julgamento de 27 de março de 2024. ACÓRDÃO Nº 638/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700000616202177. INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO ASSISTÊNCIA CULTURA E EDUCAÇÃO HUMANA – ACEHU. RELATOR: MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E/OU PROJETO APROVADO E/OU DEPOSITADO COM CERTIFICAÇÃO OU ASSINATURAS DA CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS-CAP. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra sem o devido licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Março de 2024. ACÓRDÃO Nº 639/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700001074202150. INTERESSADO: CONDOMÍNIO PARANOÁ PARQUE. RELATORA: JANAINA DA SIVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSIVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, vedas a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, pelo PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 640/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00030326/2021-58. INTERESSADO: CONDOMÍNIO DO BLOCO D SHCGN 714. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSIVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, vedas a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 641/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700004557201991. INTERESSADO: LEONARDO RODRIGUES CAVALCANTE. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, vedas a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo

sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, pelo NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 642/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00013181/2022-10. INTERESSADO: GHS CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, pelo NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 643/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00027559/2023-35. INTERESSADO: MARCIO SOUZA DE. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: : Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, pelo NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 644/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00018141/2023-37. REQUERENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL SANTOS DUMONT. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, pelo NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 645/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO.. PROCESSO: 0401700024714202281. INTERESSADO: BRUNO GABRIEL BIRINO DA SILVA. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, pelo NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 30 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 646/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO PROCESSO: 04017-00022840/2023-81. REQUERENTE: EDVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA. RELATORA: JANAINA DA SILVA

SOUZA. EMENTA: AUTO DE. EMBARGO. OBRA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, pelo NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 30 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 647/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00031812/2023-55. REQUERENTE: BENITA PANINOTECA LTDA. RELATORA: JANAINA DA SILVA SOUZA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA NÃO PASSIVEL DE REGULARIZAÇÃO. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ANTERIOR. 1. A lei 6.138/2018, veda a realização de obras não passível de regularização. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. São definitivas as decisões de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem a sua interposição. 4. Recurso não provido ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Julgamento Administrativo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, NÃO PROVIMENTO, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 30 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 648/2024 Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00024130-2023-96. Recorrente: Condomínio Residencial Cedro. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EXECUTADA EM ÁREA PÚBLICA SEM LICENÇA DE OBRAS. DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018 prevê: Art. 15. Constitui responsabilidade do proprietário do lote, projeção ou unidade imobiliária autônoma: I – responder pela veracidade dos documentos apresentados; II – apresentar o registro de responsabilidade técnica para todos os projetos e os estudos apresentados nas fases de licenciamento; III – iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras; Art. 22. Toda obra só pode ser iniciada após a obtenção da licença de obras, exceto nos casos de dispensa expressos nesta Lei. Art. 123. As infrações classificam-se, para efeitos de multa, em leves, médias, graves e gravíssimas. § 4º São infrações gravíssimas: I – deixar de adotar as providências determinadas pelo órgão competente em obras e edificações com risco iminente ou abandonada; II – executar obras ou manter edificações não passíveis de regularização, localizadas em área pública; III – executar obra sem acompanhamento e registro do profissional habilitado, exceto em habitações unifamiliares; IV – descumprir auto de embargo, intimação demolitória e interdição; V – apresentar documentos sabidamente falsos; VI – deixar de providenciar o atestado de conclusão da obra. 3. Recurso Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de Abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 649/2024 ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DA JAR. RECURSO ADMINISTRATIVO: 04017-00009168/2023-39. RELATOR: MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE INTERDIÇÃO. EXERCICIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM ÁREA PÚBLICA SEM A DEVIDA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO. OFENSA AO ART. 15, DA LEI 4.257/2008. PENALIDADE PREVISTA NO ART. 16, Inc. III E ART. 21, § 2º, da Lei 4.257/2008. ATO ADMINISTRATIVO VÁLIDO POR OBEDECER AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. UNÂNIME. 1-Para o exercício de atividade econômica

em área pública por quiosques ou similares, é necessário que se tenha a autorização de uso da área pública, bem como a licença para o desempenho da atividade comercial, conforme previsão legal do art. 15, da Lei 4.257/2008. 2- O exercício de atividade econômica sem a devida licença pelo Poder Público estará sujeito à interdição, até que se regularize a situação, nos termos dos arts. 16, Inc. III; 21, § 2º, da Lei 4257/2008. 3-Auto de Interdição válido por obedecer a todos os princípios da Administração Pública. 4-Recurso conhecido e não provido, unânime. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 650/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO.PROCESSO: 04017.00026290/2023-70.REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS RÊGO CARVALHO. RELATOR: SAULO MALCHER ÁVILA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EM ÁREA PÚBLICA, SEM LICENCIAMENTO E IMPASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. I – Ação fiscal constatou a execução de obras não passíveis de regularização, mostrando-se cabível a ordem demolitória e acertada a atuação fiscal. II – Recorrente não apresentou razões de fato ou direito suficientes a infirmar a legalidade do auto guereado ou a demonstrar a necessidade de reparos na r. decisão recorrida. III – Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER o Recurso e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 651/2024 ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DA JAR. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 04017-00018462/2023-31. REQUERENTE: CONSTRUTORA BRITO REFORMAS PREDIAIS. RELATOR: Conselheiro MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE INTERDIÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE EMBARGO. ÁREA NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. OBRA EXECUTADA EM ÁREA NÃO LEGALIZADA E SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO PRÉVIO. PREVISÃO LEGAL DO ART. 124, IV C/C ART. 132, I, DA LEI 6.138.2018. ATO ADMINISTRATIVO VÁLIDO POR OBEDECER AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, UNÂNIME. 1. A Lei 6.766/79, estabelece que o parcelamento de solo urbano para fins residenciais somente pode ser iniciado após à prévia autorização do Poder Público e com o devido registro do empreendimento no cartório de imóveis. 2. A edificação sem a devida e prévia autorização, realizada em parcelamento irregular do solo, está sujeita às sanções administrativas da Lei 6.766/79. 3. Nos termos do art. 132, inc. I, da Lei 6.138/2018, ao descumprir autor de embargo de obra, o contribuinte está sujeito à penalidade de interdição total ou parcial da obra, sem prejuízo de aplicação de demais penalidade legais. 4. Ato administrativo válido por obedecer aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e o da fundamentação dos atos públicos. 5. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 652/2024 ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DA JAR. RECURSO ADMINISTRATIVO: 04017.00004011/2023-17. RELATOR: MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA INICIADA SEM ALVARÁ E SEM POSSIBILIDADE DE LEGALIZAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA QUE DEVE SER DO

INFRATOR. TERCEIRO QUE COMPROVA NÃO SER O PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL E QUE NÃO ESTÁ REALIZANDO A OBRA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PREVISÃO LEGAL DO ART. 122 DA LEI 6.6.138/2018. NULIDADE DO AUTO DE EMBARGO POR TER SIDO DIRECIONADO A PESSOA SEM LEGITIMIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. UNÂNIME. 1-Nos termos do art. 15, Inciso III, 22 e 50 da Lei nº 6.138/2018, toda e qualquer obra somente pode ser iniciada após à expedição do competente alvará de construção. 2-Obra iniciada sem alvará de construção e que não se mostra passível de regularização deve ser embargada em todo ou em parte, nos termos do art. Art. 124 Inciso III e 131 Inciso II, da Lei 6.138/2018. 3-A autuação deve ser direcionada àquele que pratica a infração ou o proprietário, nos termos do art. 122, da Lei 6.138/2018. 4- Auto de Embargo direcionado a pessoa que não praticou a infração mostra nulo de pleno direito, face à ilegitimidade passiva. 5-Recurso conhecido e provido, à unanimidade.ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 653/2024 ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DA JAR. RECURSO ADMINISTRATIVO: 0361000728/2017. RECORRENTE: FRANCISCO NOVAIS DE CARVALHO FILHO. RELATOR: Conselheiro MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO. DESCUMPRIMENTO DA LEI 6.766/79. ÁREA NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. OBRA EXECUTADA EM ÁREA NÃO LEGALIZADA E SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO PRÉVIO. MEDIDA EXTREMA DEMOLITORIA APLICADA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. PREVISÃO LEGAL DO ART. 124, V C/C ART. 133, CAPUT, DA LEI 6.138.2018. ATO ADMINISTRATIVO VÁLIDO POR OBEDECER AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, UNÂNIME.1. A Lei 6.766/79, estabelece que o parcelamento de solo urbano para fins residenciais somente pode ser iniciado após à prévia autorização do Poder Público e com o devido registro do empreendimento no cartório de imóveis. 2. A edificação sem a devida e prévia autorização, realizada em parcelamento irregular do solo, está sujeita às sanções administrativas previstas no art. 124, inc.V e art. 133, caput, da Lei de Edificações do Distrito Federal, além das sanções penais do art. 50, da Lei 6.766/79. 3. Nos termos do art. 133, caput, da Lei 6.138/2018, a intimação demolitória é imposta quando se trate de obra ou edificação não passível de regularização. 4. Ato administrativo válido por obedecer aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e o da fundamentação dos atos públicos. 5. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 654/2024 ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DA JAR. RECURSO ADMINISTRATIVO: 04017.00029319/2023-75. REQUERENTE: HÉLIO SADAÓ SAKAMOTO. RELATOR: Conselheiro MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. DEFESA APRESENTADA POR TERCEIROS SEM AUTROIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA REVELIA. OBRA EXECUTADA EM PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO PARA FINS URBANOS. OBRA INICIADA SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO OU LICENCIAMENTO PRÉVIO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 14, 15 E 22, DA LEI 6.138/2018. SANÇÃO QUE DEVE SER APLICADA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. PREVISÃO LEGAL DO ART. 124, III C/C ART. 131, II, DA LEI

6.138/2018. ATO ADMINISTRATIVO VÁLIDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNANIME. 1. A impugnação deve ser apresentada pelo autuado ou por quem o mesmo autorize, sob pena de não conhecimento da defesa e aplicação da revelia. 2. A Lei 6.138/2018, nos termos do art. 14, 15 e 22, prevê que o contribuinte somente pode dar uma obra de edificação após à emissão prévia da licença de obra pelo Poder Público. 2. A realização de obra em área de parcelamento irregular do solo para fins urbanos, deve ser embargada de imediato por se tratar de área e obra não passível de regularização, nos termos do art. 124, III c/c art. 131, II, do Código de Edificações. 3. Nos termos dos arts. 124, inc. III c/c 131, II, da Lei 6.138/2018, a obra deve ser imediatamente embargada quando não for passível de regularização. 4. Ato administrativo válido por obedecer aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e da fundamentação dos atos administrativos. 5. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 655/2024 ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DA JAR. RECURSO ADMINISTRATIVO: 04017.00029320/2023-75. REQUERENTE: HÉLIO SADAÓ SAKAMOTO. RELATOR: Conselheiro MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. DEFESA APRESENTADA POR TERCEIROS SEM AUTORIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA REVELIA. OBRA EXECUTADA EM PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO PARA FINS URBANOS. OBRA INICIADA SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO OU LICENCIAMENTO PRÉVIO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 14, 15 E 22, DA LEI 6.138/2018. SANÇÃO QUE DEVE SER APLICADA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. PREVISÃO LEGAL DO ART. 124, III C/C ART. 131, II, DA LEI 6.138/2018. ATO ADMINISTRATIVO VÁLIDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNANIME. 1. A impugnação deve ser apresentada pelo autuado ou por quem o mesmo autorize, sob pena de não conhecimento da defesa e aplicação da revelia. 2. A Lei 6.138/2018, nos termos do art. 14, 15 e 22, prevê que o contribuinte somente pode dar uma obra de edificação após à emissão prévia da licença de obra pelo Poder Público. 3. A realização de obra em área de parcelamento irregular do solo para fins urbanos, deve ser embargada de imediato por se tratar de área e obra não passível de regularização, nos termos do art. 124, III c/c art. 131, II, do Código de Edificações. 4. Nos termos dos arts. 124, inc. III c/c 131, II, da Lei 6.138/2018, a obra deve ser imediatamente embargada quando não for passível de regularização. 5. Ato administrativo válido por obedecer aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e da fundamentação dos atos administrativos. 6. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 656/2024 ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DA JAR. PROCESSO: 04017- 00024649/2023-74. REQUERENTE: IGREJA NACIONAL DO SENHOR JESUS CRISTO. RELATOR: Conselheiro MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE EMBARGO. OBRA EXECUTADA EM PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO PARA FINS URBANOS. OBRA INICIADA SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO OU LICENCIAMENTO PRÉVIO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 14, 15 E 22, DA LEI 6.138/2018. SANÇÃO QUE DEVE SER APLICADA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. PREVISÃO LEGAL DO ART. 124, III C/C ART. 131, II, DA LEI 6.138/2018. ATO ADMINISTRATIVO VÁLIDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

UNANIME. 1. Lei 6.138/2018, nos termos do art. 14, 15 e 22, prevê que o contribuinte somente pode dar uma obra de edificação após à emissão prévia da licença de obra pelo Poder Público. 2. A realização de obra em área de parcelamento irregular do solo para fins urbanos, deve ser embargada de imediato por se tratar de área e obra não passível de regularização, nos termos do art. 124, III c/c art. 131, II, do Código de Edificações. 3. Nos termos dos arts. 124, inc. III c/c 131, II, da Lei 6.138/2018, a obra deve ser imediatamente embargada quando não for passível de regularização. 4. Ato administrativo válido por obedecer aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e da fundamentação dos atos administrativos. 5. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 657/2024 ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 00361-00012786/2018-64. INTERESSADO: MARCUS VINÍCIUS DA SILVA DANTAS. RELATOR: MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA IRREGULAR EM COBERTURA DE EDIFÍCIO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. SOLICITA APRESENTAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA COM IDENTIFICAÇÃO INCORRETA DO RESPONSÁVEL. RECURSO PROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, que a responsabilidade para emissão de Laudo técnico quanto à segurança da edificação é daquele que cometeu a irregularidade, ora discutida nos autos; 2. Incorreta identificação do responsável pela penalidade prevista em lei; 3. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, anulando o auto de notificação de acordo com a ata de julgamento de 30 de Abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 658/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 04017-00010428/2021-57. INTERESSADO: SEBASTIÃO LIBERATO DA SILVA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL QUE CULMINOU COM A EMISSÃO DO AUTO COMBATIDO. OS ARGUMENTOS DA DEFESA NÃO ENCONTRAM AMPARO NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. LEGALIDADE DA EMISSÃO DO AUTO E DA SUA MANTENÇA. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O auto de infração combatido, lavrado com fulcro no Decreto 41.913/2021, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, do dia 10/04/2021, era responsável por “Exercendo atividade de bar com entretenimento com venda de bebidas alcoólicas após o horário estabelecido pelo Decreto 41.913/2021”, conforme cópia anexa (60312090). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. Ademais, os argumentos apresentados pelo recorrente não encontram amparo na Legislação de combate à pandemia conhecida como COVID 19 em vigor à época da ação fiscal que culminou com a lavratura do auto de infração e nem na legislação pfeecedente. 3. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos

estipulados estão previstos expressamente na lei. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 4. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 5. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME de 26 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 659/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00008363/2021-80. RECORRENTE: AUTO POSTO CEILÂNDIA NORTE LTDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO.OBRA SEM LICENCIAMENTO E/OU SEM DOCUMENTAÇÃO NO LOCAL. AUTO DE INFRAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE NOTIFICAÇÃO D00877ONE EMITIDO EM 28-08-2020. A CONTINUIDADE DA INFRAÇÃO SUJEITARÁ O RESPONSÁVEL A MULTAS SUCESSIVAS EM DOBRO E DEMAIS SANÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. 1. Para apurar a suposta violação aos termos dos Art. 15. Constitui responsabilidade do proprietário do lote, projeção ou unidade imobiliária autônoma: III - iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras; Art. 22. Toda obra só pode ser iniciada após a obtenção da licença de obras, exceto nos casos de dispensa expressos nesta Lei. Art. 50. A licença de obras é emitida na forma de: I - alvará de construção; II - licença específica. Parágrafo único. A licença de obras é obrigatória para o início da execução de todas as obras sujeitas ao processo de licenciamento. Art. 124. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o infrator se sujeita às seguintes sanções, aplicáveis de forma isolada ou cumulativa: I - advertência; II - multa; III - embargo parcial ou total da obra; IV - interdição parcial ou total da obra; V - intimação demolitória; VI - apreensão de materiais, equipamentos e documentos. da Lei 6138/2018. 2. O auto combatido, lavrado com fulcro do(s) Arts 15; Art.22; Art.50; da lei 6138/2018, Embasamento Legal Art.124, VI; Art. 133 da lei 6138/2018, é claro quando elucida que o autuado, no momento da vistoria, realizada às 11:00 min (onze horas), do dia 18/03/2021, a saber: Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local. Auto de Infração por descumprimento de Auto de Notificação D00877ONE emitido em 28-08-2020. A continuidade da Infração sujeitará o responsável a multas sucessivas em dobro e demais sanções previstas na legislação vigente.” 3. Diante do exposto, conforme o (a) Auditor Fiscal esclarece, em resposta ao despacho em vistoria no local, foi constatado que a obra na época em que deu origem à Notificação e depois Auto de Infração, se tratava apenas de renovação e manutenção dos tanques de combustíveis aterrados ao solo, não havendo alteração nas edificações existentes. Ocorre que à época da obra foi instalado canteiro de obra isolando a área o que deu a entender que se tratava de obra nova sendo executada. Assim sendo, sugiro QUE SEJAM SUSPENSOS os efeitos dos autos. Segue relatório fotográfico Z-894088-REL vinculado acima demonstrando a situação. 4- Assim, analisados os documentos juntados a este SEI, não é forçoso admitir que o auto em epígrafe foi lavrado irregularmente por ter sido constatadas que a obra na época em que deu origem à Notificação e depois Auto de Infração, se tratava apenas de renovação e manutenção dos tanques de combustíveis aterrados ao solo, não cabendo a esta JAR outra opção senão anulá-lo. 5. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR

PROVIMENTO. UNÂNIME de 30 de abril de 2024. ACÓRDÃO Nº 660/2024 1ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00004337/2024-25. REQUERENTE: CONDOMÍNIO SHCS SQS 106 BL C. RELATOR: CONSELHEIRO MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. NÃO FOI DEMONSTRADA IRREGULARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE MURETA EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO PROVIDO. 1. Não foi demonstrada qualquer irregularidade na construção de mureta de acordo com a legislação, na Lei 6138/2018, não havendo necessidade de apresentação de licenciamento para construção. 3. Recurso conhecido e Provido. Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, anulando o Auto de Infração, de acordo com a ata de julgamento de 30 de Abril de 2024.

ACÓRDÃO Nº 661/2024 1ª CÂMARA. PROCESSO: 04017.00009030/2023-30. REQUERENTE: CONDOMINIO DA SQS 106 BLOCO C. RELATOR: CONSELHEIRO MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. NÃO FOI DEMONSTRADA IRREGULARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE MURETA EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO PROVIDO. 1. Não foi demonstrada qualquer irregularidade na construção de mureta de acordo com a legislação, na Lei 6138/2018, não havendo necessidade de apresentação de licenciamento para construção. 2. Despacho da Suob 139137057 explicando a necessidade de anulação do Auto de Intimação demolitória e seus efeitos posteriores; 3. Recurso conhecido e Provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, anulando o Auto de Intimação Demolitória, de acordo com a ata de julgamento de 30 de Abril de 2024.

ACÓRDÃO Nº 662/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 0401700017518202179. INTERESSADO: ANDREIA LÚCIA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA LAVRADO POR OBRA SEM AUTORIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O Auto de intimação demolitória, lavrado com fulcro na Lei 6138/2018, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às dez horas e trinta e cinco minutos, de 23/06/2021, era responsável por “Obra sem licenciamento e/ou sem documentação no local” e “Obra de construção em alvenaria, de dois barracões, um na fase de fundação e outro já coberto, ambos medindo aproximadamente 70m2. Fica o proprietário intimado a demolir as edificações no prazo abaixo estipulado, sob pena de multa e demais sanções legais”, conforme sua cópia anexa (). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto de intimação demolitória foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Deveras, em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. A Fiscalização,

com suas ações, não busca impedir o exercício do direito de propriedade e/ou posse e/ou de moradia do autuado, mas sim, apenas garantir a segurança dos moradores, trabalhadores, frequentadores e transeuntes das obras e edificações do DF, que dependem, como regra, de autorização. 4. Por oportuno, explico que a intimação da decisões de primeira e segunda instâncias, nos termos da LEI N° 4.567, DE 09 DE MAIO DE 2011, artigo 11, parágrafo terceiro, que “Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”, podem ser feitas diretamente pelo DODF, a saber: “... intimação referente aos atos e decisões dos órgãos julgadores de primeira e de segunda instâncias em processos sujeitos à jurisdição contenciosa poderá ser efetuada diretamente por publicação no DODF”. 5. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 6. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 7. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO N° 663/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00012133/2022-04. INTERESSADO: CHURRASQUINHO DA TIA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. INFORMAÇÃO INEXATA NO CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 5.547/2015 exige autorizações específicas para a localização e funcionamento de atividades econômicas, incluindo a ocupação de área pública. 2. A infração foi constatada pela informação inexata no Certificado de Licenciamento e pela ocupação de área pública sem a devida autorização, em desacordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.547/2015. 3. A aplicação da multa foi adequada e proporcional à infração, conforme previsto nos artigos 35, inciso II; 39, inciso IV, "b"; 40, inciso II e 47 da Lei nº 5.547/2015. 4. Os princípios do contraditório e da ampla defesa foram respeitados, conforme o processo administrativo seguiu os trâmites legais e a intimação foi devidamente notificada. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO interposto por CHURRASQUINHO DA TIA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo integralmente os termos do Auto de Infração N° E-1258-984378-AEU, de 14/04/2022. A decisão baseia-se na constatação de infração direta às normas estabelecidas pela Lei nº 5.547/2015, reforçando a necessidade de cumprimento rigoroso das regulamentações para ocupação de área pública e informações precisas no Certificado de Licenciamento, de acordo coma ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO N° 664/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00009428/2021-12. INTERESSADO: BIANCA D DE ALMEIDA - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ME. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS SANITÁRIAS. VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS FORA DO HORÁRIO PERMITIDO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 5.547/2015 e o Decreto nº 41.849/2021 exigem o cumprimento de horários específicos para a venda de bebidas alcoólicas, especialmente

durante o período de emergência de saúde pública decorrente da COVID-19. 2. A infração foi constatada pela venda de bebidas alcoólicas após o horário permitido, evidenciando o descumprimento do artigo 6º do Decreto nº 41.849/2021. 3. A aplicação da multa foi adequada e proporcional à infração, conforme previsto nos artigos 33, inciso I; 35, inciso II; 39, inciso III, "c", da Lei nº 5.547/2015. 4. Os princípios do contraditório e da ampla defesa foram respeitados, conforme o processo administrativo seguiu os trâmites legais e a intimação foi devidamente notificada. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO interposto por Bianca D de Almeida - Distribuidora de Bebidas ME e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo integralmente os termos do Auto de Infração Nº D133493-AEU, de 11/03/2021. A decisão baseia-se na constatação de infração direta às normas sanitárias estabelecidas pelo Decreto nº 41.849/2021 e pela Lei nº 5.547/2015, reforçando a necessidade de cumprimento rigoroso das medidas de enfrentamento à COVID-19 de acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 665/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00004588/2021-67. INTERESSADO: GELOBRAS COMÉRCIO DE GELO LTDA EPP. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. USO NÃO AUTORIZADO DE ÁREA PÚBLICA. RECURSO ADMINISTRATIVO. CONFIRMAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES NO ENDEREÇO NOTIFICADO. PROVIMENTO DO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por GELOBRAS COMÉRCIO DE GELO LTDA EPP contra o Auto de Notificação nº D-134781-AEU, datado de 27/01/2021, que penalizou a empresa pela utilização de área pública sem prévia autorização, de acordo com o Decreto nº 17.079/1995. 2. A empresa apresentou Termo de Ocupação de Área Pública de 2007 para o endereço original e evidenciou o encerramento das atividades nesse local, conforme confirmado pelo Relatório de Ação Fiscal nº A359640-REL. 3. A defesa destaca que a GELOBRAS já havia regularizado sua situação no novo endereço antes da notificação, demonstrando conformidade e responsabilidade com as normas urbanísticas. 4. Considerando o encerramento das atividades no local notificado e os esforços da empresa para cumprir as regulamentações pertinentes. 5. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO ao mesmo. Reconhece-se a ação da empresa em regularizar sua situação e encerrar as atividades no local previamente notificado, conforme evidenciado pelo Relatório de Ação Fiscal nº A359640-REL(133655313), justificando a revogação do Auto de Notificação de acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 666/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00030352/2021-86. INTERESSADO: NAYARA RODRIGUES DE MENESES. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA SEM LICENCIAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 6.138/2018 e o Decreto nº 39.272/2018 exigem a obtenção de licenciamento para qualquer obra, incluindo a construção de grades e coberturas, especialmente em áreas públicas. 2. A ausência de regulamentação da Lei nº 1.096/1996 inviabiliza sua aplicação prática para justificar obras não regularizadas. 3. A recorrente não apresentou documentação que comprove a regularização das obras realizadas, nem obteve a licença necessária, conforme exigido pelo artigo 22 da Lei nº 6.138/2018. 4. Os princípios do contraditório e da ampla defesa foram respeitados, conforme o processo administrativo

seguiu os trâmites legais e a intimação foi devidamente notificada. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. Decisão UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 667/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 0401700005829202195. INTERESSADO: PAULO ALEXANDRE BATISTA DE CASTRO. RELATOR : GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. CONSTRUÇÃO EXECUTADA EM ÁREA PÚBLICA SEM LICENCIAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 6.138/2018 e o Decreto nº 39.272/2018 proíbem expressamente obras sem licenciamento em áreas públicas e reforçam a necessidade de cumprimento das normativas urbanísticas estabelecidas. 2. As edificações realizadas sem o devido licenciamento, incluindo construções adicionais como piscina, elevador, e outras, justificam a aplicação da intimação demolitória. 3. Os princípios do contraditório e da ampla defesa foram respeitados, conforme documentado no processo. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. Decisão UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 668/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00019213/2023-63. REQUERENTE: INSTITUTO TOCAR. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE USO DO SOLO. FALTA DE LICENCIAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Funcionamento de atividade assistencial sem licença de funcionamento, em violação ao artigo 1º da Lei nº 5.547/2015 e ao artigo 64, §2º, inciso II, da Lei Complementar nº 948/2019. 2. A argumentação de que o Instituto Tocar não pratica atividade econômica e que suas atividades assistenciais são permitidas pela LUOS não afasta a necessidade de licenciamento previsto na legislação mencionada. 3. A ausência de apresentação de documento comprobatório do licenciamento necessário justifica a notificação e a exigência de encerramento das atividades, conforme artigos 59, 62 e 63 da Lei Complementar nº 948/2019. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os membros da 2ª Câmara de Julgamento, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO interposto pelo Instituto Tocar e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo, mantendo integralmente os termos do Auto de Notificação nº F-0191-813639-AEU, de 31/07/2023. A decisão baseia-se na constatação de infração direta às normas de uso do solo sem o devido licenciamento, contrariando o estabelecido pelo artigo 1º da Lei nº 5.547/2015, bem como as penalidades previstas nos artigos 59, 62, inciso I, e 63, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 948/2019 de acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 669/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00023008/2023-01. REQUERENTE: JACINTO DO ESPÍRITO SANTO TORRES. RELATOR: GENIVAL HERMANO SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INTERDIÇÃO. INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE USO DE ÁREAS PÚBLICAS. FALTA DE LICENCIAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Funcionamento de atividade econômica sem licença de funcionamento, em violação ao artigo 15 da Lei nº 4.257/2008. 2. A argumentação de que a banca de jornais e revistas deveria ser regida pela Lei 324/1992 não afasta a necessidade de licenciamento previsto na Lei 4.257/2008 para atividades econômicas em áreas públicas. 3. A ausência de apresentação de documento comprobatório do licenciamento necessário justifica a interdição sumária, conforme artigo 16, inciso III, e artigo 21, § 2º, da Lei nº 4.257/2008. 4. Recurso conhecido e improvido, com base na legislação vigente e no exercício do poder de

polícia administrativa para garantir a ordem urbanística e o cumprimento das normas de uso de áreas públicas. ACÓRDÃO: Acordam os membros da 2ª Câmara Administrativa de Julgamento, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO interposto por Jacinto do Espírito Santo Torres e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo, mantendo integralmente os termos do Auto de Interdição nº F-0155-278709-AEU, de 17/08/2023. A decisão baseia-se na constatação de infração direta às normas de uso de áreas públicas sem o devido licenciamento, contrariando o estabelecido pelo artigo 15, bem como as penalidades previstas no artigo 16, inciso III, e artigo 21, § 2º, da Lei nº 4.257/2008 de acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 670/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00023664/2023-03. REQUERENTE: ACADEMIA BROTHERS FITNESS LTDA. RELATÓRIO: GENIVAL HERMANO DA SILVA. EMENTA: AUTO DE INTERDIÇÃO POR FALTA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO. RECURSO ADMINISTRATIVO. IMPROVIMENTO. 1. A Lei nº 5.547/2015 e o Decreto nº 36.948/2015 estabelecem a obrigatoriedade de autorizações específicas para o funcionamento de atividades econômicas, incluindo academias de ginástica e musculação. 2. A ausência de licenciamento adequado e o descumprimento das notificações de regularização justificam a aplicação do Auto de Interdição. 3. A defesa apresentada não trouxe provas suficientes para reformar a decisão de interdição, permanecendo a presunção de legitimidade do ato administrativo. 4. Recurso administrativo conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por UNANIMIDADE, em CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo. A decisão reconhece a validade e legitimidade do Auto de Interdição nº F-0064-493488-AEU, conforme o relatório de auditoria fiscal e a ausência de licenciamento adequado para o exercício das atividades de academia de ginástica e musculação. Decisão conforme a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 671/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 04017-00028451/2023-60. REQUERENTE: FLÁVIO SILVA ALVES. EMENTA: AUTO DE APREENSÃO LAVRADO PELA OCUPAÇÃO/EDIFICAÇÃO EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO. LEGALIDADE DA EMISSÃO DO AUTO E DA SUA MANTENÇA. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O auto de APREENSÃO combatido, lavrado com fulcro na Lei 6138/2018, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às quinze horas e doze minutos, de 20/09/2023, era responsável por “PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO” e “Desobstrução de área pública. Remoção de obras em desenvolvimento, cercas e edificação ou invasão/ocupação recente da região, conforme noticia o Relatório Pré Operacional nº 1473/2023, bem como as demais irregularidades edilícias não constantes do referido relatório que estejam em desenvolvimento dentro da mesma poligonal e apreensão de materiais e/ou mercadorias existentes no local.(Processo SEI n.º04017-00003701/2023-59). Local da Ação NÚCLEO RURAL PONTE ALTA NORTE RUA BURITIS S/N, GAMA-DF.(-15.951172,-48.070202) Latitude, Longitude : -15.950451373181746, -48.07158339560286”, conforme sua cópia anexa (). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados neste SEI. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar em áreas pública e privada e não o contrário, onde constrói irregularmente e depois busca a

sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. Deveras, a Fiscalização acusa que se trata de obra irregular em área pública e que no local há “PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO”. E o art. 134, da Lei 6138/2018, determina a “...apreensão de materiais, equipamentos ou documentos provenientes de construções irregulares é efetuada pela fiscalização, que deve providenciar a respectiva remoção.” 4. Noutra giro, cabe quadrar que a cobrança das despesas com a operação de apreensão e com o uso do depósito público decorre de obrigação legal. Em outras palavras, não se trata de uma faculdade da Fiscalização, mas sim de uma imposição legal, onde a referida cobrança, na verdade, além de uma obrigação legal, é também um requisito exigido por lei para a devolução dos objetos, mercadorias e outros, que foram regularmente apreendidos. Em suma, aqui não estou votando pela não devolução dos bens e/ou materiais apreendidos, mas sim pela regularidade do auto de apreensão e, portanto, pela sua manutenção. Observados os requisitos legais, os materiais e/ou bens apreendidos deverão ser devolvidos, nos termos do artigo 134, parágrafo 5, da Lei 6138/2018. 5. Os pedidos juntados aos Processos SEI 04017- 00003701/2023-59 e 04017-00026528/2023-67 deverão ser oportunamente respondidos. 6. Como regra, no caso, o ônus da prova é invertido. Caberia ao interessado demonstrar a sua alegação que a obra é passível de regularização e está em área privada. Na ausência de quaisquer outras provas ou indícios não é forçoso admitir que as contradições entre a ação da Fiscalização e os argumentos da defesa devem ser resolvidas a favor da Administração Pública, pois sob o ato administrativo pairam as presunções de legitimidade, legalidade e eficácia. Tais presunções podem ser afastadas mediante prova em sentido contrário, mas, consoante já dito, no caso em tela, isto não ocorreu. 7. Os indigitados recursos pendentes de análise, apresentados em face de auto de apreensão e/ou auto de intimação demolitória e/ou autos de infração e/ou autos de notificação prévia, não têm efeito suspensivo, nos termos do artigo 137, da Lei 6138/2018 c/c artigo 188, do Decreto 43.056/2022, pois a referida legislação de regência expressamente preceitua que “Os recursos não têm efeito suspensivo, salvo se a autoridade administrativa concedê-lo, de ofício ou a requerimento, nos termos da Lei nº 6.138, de 2018”. Com relação a autos de infração, se for o caso, a apresentação de recurso apenas impede a sua inscrição na Dívida Ativa, mas não a continuidade das ações fiscais. 8. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 9. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 10. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 11. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 672/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00002149/2022-09. REQUERENTE: A. JOSÉ DA SILVA ME. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE

INFRAÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA SEM ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO. LEI Nº 4.457/2009. RECURSO ADMINISTRATIVO IMPROVIDO. 1. Recurso administrativo interposto por ANTONIO JOSÉ DA SILVA ME contra o Auto de Infração nº D091942-AEU, de 24/05/2011, que penalizou a empresa por exercer atividade econômica sem alvará de funcionamento, em desacordo com a Lei nº 4.457/2009. 2. A recorrente argumentou que possuía o alvará de funcionamento e que houve extravio do documento, solicitando a anulação do auto de infração. Alega ainda que as fiscalizações ocorreram enquanto o estabelecimento estava fechado e sem atividade. 3. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de infração e que a empresa não comprovou a regularidade de sua situação no prazo estipulado, persiste a infração pelo exercício da atividade sem o devido licenciamento. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por Antônio José da Silva ME e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo o Auto de Infração nº D091942-AEU, de 24/05/2011, nos termos do voto do relator de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 673/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 00361-00006957/2018-16. INTERESSADO: MERCATO COMERCIO DE MOVEIS S/A. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO POR DECLARAÇÃO INEXATA DA TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO. LEI COMPLEMENTAR Nº 783/2008. RECURSO NEGADO. 1. A Lei Complementar nº 783/2008 estabelece normas específicas sobre a declaração da Taxa de Funcionamento de Estabelecimento (TFE), exigindo precisão e veracidade nas informações fornecidas pelos contribuintes. 2. O auto de infração foi emitido em resposta à falta de declaração precisa das atividades da empresa desde o início de sua operação, contrariando o disposto nos artigos 4º, 10 e 17 da LC nº 783/2008, que regulamentam o lançamento e recolhimento da TFE. 3. A empresa recorrente alegou posse de documentação adequada e um Alvará de Funcionamento por prazo indeterminado desde 2006; contudo, não apresentou o alvará durante a fiscalização e falhou em declarar corretamente as datas de operação conforme exigido. 4. Os princípios de legalidade e finalidade foram adequadamente considerados, reconhecendo a correta aplicação do auto de infração diante da omissão do contribuinte em cumprir com as obrigações fiscais estipuladas. 5. Recurso conhecido e negado. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Fiscalização do Distrito Federal, por UNANIMIDADE, em CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo. A decisão reconhece a correta aplicação do Auto de Infração nº D061546-AEU, conforme legislação vigente e os fatos apurados durante o processo. Decisão conforme a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 674/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00000038/2021-79. INTERESSADO: CLEBER LETTIERI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO POR INSTALAÇÃO IRREGULAR DE PROPAGANDA. OBSTRUÇÃO DE ÁREAS DE VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1. A Lei nº 3.035/2002 e o Decreto nº 28.134/2007 estabelecem normas específicas sobre a instalação de meios de propaganda, proibindo a obstrução, mesmo que parcial, das áreas de ventilação e iluminação das edificações. 2. A notificação inicial exigia apenas a retirada do engenho publicitário, sem solicitar licenciamento, devido à impossibilidade de regularização. A retirada efetuada pela empresa, conforme confirmado em vistoria subsequente, cumpre integralmente com a demanda do auto de notificação. 3.

Os princípios da razoabilidade, eficiência e finalidade foram adequadamente considerados, reconhecendo o esforço da empresa para cumprir com as exigências administrativas e corrigir a infração destacada. 4. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara de Julgamento Administrativo da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por UNANIMIDADE, em CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO ao mesmo. A decisão reconhece o cumprimento das exigências do Auto de Notificação nº D133639-AEU, conforme a vistoria realizada e o relatório apresentado(A 264580-REL- 89457469), demonstrando a retirada adequada do engenho publicitário e a regularização da situação pela empresa notificada. Decisão conforme a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 675/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00019991/2022-71. INTERESSADO: LUCAS LEIROZ DAMINELLI. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM TERMO DE PERMISSÃO DE USO VIGENTE. LEI Nº 4.257/2008. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 4.257/2008 regula a utilização de áreas públicas do Distrito Federal por quiosques e trailers, exigindo licitação pública e a obtenção de Termo de Permissão de Uso. 2. A ausência de apresentação do Termo de Permissão de Uso vigente pelo atuado configura a irregularidade da utilização da área pública. 3. O exercício do poder de polícia pela administração pública visa assegurar o cumprimento das normas urbanísticas e a utilização adequada das áreas públicas. 4. A manutenção do Auto de Notificação é justificada pela necessidade de cumprimento das normativas legais e proteção do interesse público. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por Lucas Leiroz Daminelli e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo, mantendo o Auto de Notificação nº D-038401-AEU, de 29/03/2022, conforme detalhado nas razões de decidir e baseado na aplicação correta da Lei nº 4.257/2008, que rege a utilização de áreas públicas para quiosques e trailers nas especificadas Regiões Administrativas de 27de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 676/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00019699-2020-97. INTERESSADO: FIBRA FORMA PISCINAS EIRELI. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA:AUTO DE INFRAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM TERMO DE PERMISSÃO DE USO. LEI Nº 4.257/2008. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 4.257/2008 regula a utilização de áreas públicas por quiosques e trailers, exigindo licitação pública e Termo de Permissão de Uso. 2. A ausência de apresentação do Termo de Permissão de Uso pela atuada configura a irregularidade da ocupação e a infração às normativas vigentes. 3. O exercício do poder de polícia pela administração pública visa assegurar o cumprimento das normas urbanísticas e o uso adequado dos espaços públicos. 4. A manutenção do Auto de Infração é justificada pela necessidade de cumprimento das normativas legais e proteção do interesse público. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo, mantendo o Auto de Infração nº D125772-AEU, conforme detalhado nas razões de decidir e baseado na aplicação correta da Lei nº 4.257/2008, que rege a utilização de áreas públicas para quiosques e trailers nas especificadas Regiões Administrativas de acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 677/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00001305/2022-14. INTERESSADO: MISULA ENGENHARIA LTDA.

RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. INSTALAÇÃO DE MEIO DE PROPAGANDA EM FACHADA SEM LICENCIAMENTO. LEI Nº 3.035/2002 E DECRETO Nº 28.134/2007. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 3.035/2002 regula a instalação de meios de propaganda nas regiões administrativas e exige licenciamento específico do órgão competente para instalações visíveis de logradouros públicos. 2. A ausência de apresentação do licenciamento pelo autuado configura a irregularidade da instalação e a infração às normativas vigentes. 3. O exercício do poder de polícia pela administração pública visa assegurar o cumprimento das normas urbanísticas e o uso adequado dos espaços públicos. 4. A manutenção do Auto de Infração é justificada pela necessidade de cumprimento das normativas legais e proteção do interesse público. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo, mantendo o AUTO DE INFRAÇÃO Nº D132060-AEU, conforme detalhado nas razões de decidir e baseado na aplicação correta da Lei nº 3.035/2002 e do Decreto nº 28.134/2007, que regem a publicidade em áreas visíveis de logradouros públicos nas especificadas Regiões Administrativas, de acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 678/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00007175/2022-15. INTERESSADO: LAYOUT PROPAGANDA LTDA.

RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. INSTALAÇÃO DE MEIO DE PROPAGANDA EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO VÁLIDA. LEI Nº 3.036/2002. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 3.036/2002 regula a instalação de meios de propaganda nas regiões administrativas e exige licenciamento específico do órgão competente para instalações em áreas públicas. 2. A citada do processo nº 00142.00003424/2019-01 apresentada não comprova de forma inequívoca a regularidade da instalação conforme os requisitos legais vigentes, não eximindo a empresa das sanções aplicáveis. 3. O exercício do poder de polícia pela administração pública visa assegurar o cumprimento das normas urbanísticas e o uso adequado dos espaços públicos. 4. A manutenção do Auto de Notificação é justificada pela necessidade de cumprimento das normativas legais e proteção do interesse público. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo, mantendo o Auto de Notificação nº E-0033-767667-AEU, conforme detalhado nas razões de decidir e baseado na aplicação correta da Lei nº 3.036/2002 que rege a publicidade em áreas públicas nas especificadas Regiões Administrativas de acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 679/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00004056/2020-49. INTERESSADO: FRIGORÍFICO FRIGOALPHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.

RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INTERDIÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE FRIGORÍFICO SEM LICENCIAMENTO. DESCUMPRIMENTO DOS ARTIGOS 1º E 2º DA LEI Nº 5.547/2015. RECURSO ADMINISTRATIVO. REGULARIZAÇÃO NÃO CONCLUÍDA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por Frigorífico FrigoAlpha Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA contra o Auto de Interdição nº D125268-AEU, datado de 10/02/2020, que penalizou a empresa por exercer atividade de frigorífico sem o devido licenciamento, conforme a Lei nº 5.547/2015. 2. A recorrente argumentou que sanou as irregularidades, implementou medidas corretivas e que a interdição causou prejuízos

financeiros significativos, incluindo a perda de mercadorias perecíveis. 3. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de interdição e que a regularização não foi concluída no prazo estipulado, persistindo a infração por falta de licenciamento. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo, conforme detalhado nas razões de decidir de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 680/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 00361-00014960/2018-11. INTERESSADO: SARKIS E SARKIS LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. INSTALAÇÃO DE OUTDOOR EM VIA PÚBLICA SEM LICENCIAMENTO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 43, I E ART. 56 DA LEI Nº 3036/2002. RECURSO ADMINISTRATIVO. REGULARIZAÇÃO NÃO CONCLUÍDA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por Sarkis e Sarkis LTDA contra o Auto de Infração nº D103618-AEU, datado de 30/04/2018, que penalizou a empresa por manter um outdoor instalado em via pública sem o devido licenciamento, conforme a Lei nº 3036/2002. 2. A recorrente argumentou que protocolou pedido de regularização e aguardava resposta da Administração Pública, e que a aplicação da multa foi desproporcional e sem embasamento legal. 3. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de infração e que a regularização não foi concluída no prazo estipulado, persistindo a infração por instalação de outdoor sem licenciamento. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. Decisão unânime, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 681/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00006136/2022-09. INTERESSADO: MARIA SERRATE ROCHA FARIAS 47869933104. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. LEI Nº 5.547/2015. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei nº 5.547/2015 regula a localização e o funcionamento de atividades econômicas e auxiliares, exigindo licenciamento específico do órgão competente para ocupações em áreas públicas. 2. A atividade exercida pela recorrente em área pública sem autorização constitui infração conforme os artigos 1º e 2º da referida lei, combinados com o artigo 23, I e XII do Decreto nº 8.205/84. 3. O exercício do poder de polícia pela administração pública visa assegurar o cumprimento das normas legais e o uso adequado dos espaços públicos. 4. A manutenção do Auto de Notificação é justificada pela necessidade de cumprimento das normativas legais e proteção do interesse público. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo, conforme detalhado nas razões de decidir de acordo com a ata de julgamento de 27 maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 682/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 00361-00008911/2019-12. INTERESSADO: MOISES BAR E RESTAURANTE LTDA ME. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 1º E 2º DA LC 766/2008. RECURSO ADMINISTRATIVO. REGULARIZAÇÃO COMPROVADA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por Moisés Bar

e Restaurante LTDA ME contra o Auto de Notificação nº D063347AEU, datado de 20/03/2019, que penalizou a empresa pela ocupação de área pública sem a devida autorização, conforme a LC 766/2008. 2. A recorrente demonstrou que encerrou suas atividades e desocupou a área pública, conforme confirmado pelo relatório de ação fiscal datado de 12/08/2022. A empresa apresentou documentação comprobatória e a fiscalização verificou a regularização completa da situação. 3. Considerando a boa-fé e diligência do autuado em regularizar a situação, bem como a ausência de prejuízo ao interesse público, decide-se pelo provimento do recurso. 4. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Econômicas do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por MOISÉS BAR E RESTAURANTE LTDA ME e, no mérito, DAR PROVIMENTO ao recurso, anulando os efeitos do Auto de Notificação nº D063347AEU, de 20/03/2019, nos termos do voto do relato de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 683/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00013456/2020-45. INTERESSADO: ZICA BEER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. FUNCIONAMENTO FORA DO HORÁRIO PERMITIDO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 4º E 5º DO DECRETO Nº 40.817/2020. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA INFRAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por Zica Beer Distribuidora de Bebidas LTDA ME contra o Auto de Infração nº D104513-AEU, datado de 11/07/2020, que penalizou a empresa pelo funcionamento fora do horário permitido, conforme o Decreto nº 40.817/2020. 2. A recorrente argumentou que possui licenciamento válido para diversas atividades e que a fiscalização não considerou adequadamente as dificuldades econômicas enfrentadas devido à pandemia. Alegou também que as micro e pequenas empresas devem ser notificadas antes da aplicação de penalidades, conforme a Lei Complementar 123/2006 e a Lei 5.547/2015. 3. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de infração e a persistência das infrações por funcionamento fora do horário permitido, especialmente devido à necessidade de medidas excepcionais durante a pandemia. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Econômicas do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por Zica Beer Distribuidora de Bebidas LTDA ME e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo o Auto de Infração nº D104513-AEU, de 11/07/2020, nos termos do voto do relator de acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 684/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 0361-007944/2016. INTERESSADO: CAMARGO E MOREIRA AUTO PEÇAS LTDA ME. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 2º DO DECRETO Nº 17.079/1995. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA INFRAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por Camargo e Moreira Auto Peças Ltda ME contra o Auto de Notificação nº D061714-AEU, datado de 23/02/2018, que penalizou a empresa pela ocupação de área pública sem a devida autorização, conforme o Decreto nº 17.079/1995. 2. A recorrente argumentou que buscou regularizar a situação junto à Administração de Taguatinga/DF, mas a autorização não foi concedida devido à falta de regulamentação do artigo 48 da Lei Orgânica do Distrito Federal. 3. Alegou também que a administração pública estimula o funcionamento de pequenos comércios e

que a ausência de regulamentação não deve impedir o exercício de atividades econômicas que beneficiam a comunidade local. 4. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de notificação e a persistência das infrações por ocupação irregular de área pública, especialmente devido à falta de licenciamento e de comprovação de regularização da ocupação. 5. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Econômicas do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por Camargo e Moreira Auto Peças Ltda ME e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo o Auto de Notificação nº D061714-AEU, de 23/02/2018, nos termos do voto do relator de acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 685/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 0361006104/2017. INTERESSADO: MELITA RODRIGUES GALVÃO. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. INÍCIO DE CONSTRUÇÃO SEM LICENÇA. NÃO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 51 DA LEI Nº 2.105/1998. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA INFRAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por Melita Rodrigues Galvão contra o Auto de Infração nº D078988-OEU, datado de 16/06/2017, que penalizou a construção de uma mureta com grades sem a devida licença em área urbana, conforme a Lei nº 2.105/1998. 2. A recorrente argumentou que a construção foi necessária para proteger a residência e seus moradores devido a problemas de segurança e perturbações enfrentadas ao longo dos anos. 3. Alegou também que a construção da mureta não ultrapassa as grades das demais casas da rua e que a área está limpa, conforme fotos anexadas. 4. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de infração e a persistência das infrações urbanísticas, especialmente devido à falta de licenciamento e de comprovação de regularização fundiária. 5. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por Melita Rodrigues Galvão e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo o Auto de Infração nº D078988-OEU, de 16/06/2017, nos termos do voto do relator de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 686/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00015532/2023-08. REQUERENTE: JOSÉ DO PATROCÍNIO LEAL. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. AUTO DE INFRAÇÃO. NEGLIGÊNCIA NA CONSERVAÇÃO DE CERCA VIVA. INVASÃO DO PASSEIO PÚBLICO. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA INFRAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por José do Patrocínio Leal contra o Auto de Infração nº F-0401-789004-OEU, datado de 26/06/2023, que penalizou a negligência na conservação de cerca viva, resultando na invasão do passeio público, conforme a Lei nº 6.138/2018. 2. O recorrente argumentou que a poda foi realizada periodicamente e com o devido cuidado, alegando cerceamento de defesa por não ter tido acesso completo aos documentos que fundamentaram o auto de infração. 3. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de infração e a persistência das infrações urbanísticas, especialmente devido à necessidade de garantir a segurança e a acessibilidade dos pedestres. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por José do Patrocínio Leal e, no mérito, NEGAR

PROVIMENTO ao recurso, mantendo o Auto de Infração nº F-0401-789004-OEU, de 26/06/2023, nos termos do voto do relator de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 687/2024 ÓRGÃO: 2º CÂMARA. PROCESSO: 04017-00010799/2023-09. REQUERENTE: ANA PAULA APARECIDA CRUZ SILVA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. INÍCIO DE CONSTRUÇÃO SEM LICENÇA. ÁREA SEM NORMAS EDILÍCIAS ESTABELECIDAS. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA INFRAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por Ana Paula Aparecida Cruz Silva contra o Auto de Infração nº F-0312-037138-OEU, datado de 02/05/2023, que penalizou a construção residencial sem a devida licença em área sem normas edilícias estabelecidas, conforme a Lei nº 6.138/2018. 2. A recorrente argumentou que sua construção está dispensada de licenciamento segundo o Art. 23 da Lei 6.138/2018, que prevê dispensa para certas obras menores. Alegou também que a exigência de documentação é ilegal e que a fiscalização interpretou erroneamente a norma. 3. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de infração e a persistência das infrações urbanísticas, especialmente devido à falta de normas edilícias e de comprovação de regularização fundiária. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por Ana Paula Aparecida Cruz Silva e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo o Auto de Infração nº F-0312- 037138-OEU, de 02/05/2023, nos termos do voto do relator de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 688/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00023070/2023-94. REQUERENTE: ANDERSON MORAES PEREIRA DE LUCENA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. USO NÃO AUTORIZADO DE ÁREA PÚBLICA. EDIFICAÇÃO IRREGULAR. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA INFRAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por Anderson Moraes Pereira de Lucena contra o Auto de Infração nº F-0473-827402-OEU, datado de 31/07/2023, que penalizou a ocupação irregular de área pública e edificação sem autorização, conforme a Lei nº 6.138/2018. 2. O recorrente argumentou ausência de fundamentação na decisão de primeira instância, dispensa de licença para a obra realizada, e desproporcionalidade da multa aplicada. 3. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de infração e a persistência das infrações urbanísticas. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por Anderson Moraes Pereira de Lucena e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo o Auto de Infração nº F-0473-827402-OEU, de 31/07/2023, nos termos do voto do relator de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 689/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00018096/2023-11. REQUERENTE: PAULO MARCELO PEREIRA BEZERRA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. USO NÃO AUTORIZADO DE ÁREA PÚBLICA. EDIFICAÇÃO IRREGULAR. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA INFRAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por Paulo Marcelo Pereira Bezerra contra o Auto de Infração nº F-0187-354302-OEU, datado de 14/07/2023, que penalizou a ocupação irregular de área pública e edificação sem autorização, conforme a Lei nº 6.138/2018. 2. O recorrente argumentou que houve dupla penalização (bis in idem) pela mesma infração e alegou

violação ao devido processo legal, pois o julgamento do auto de infração ocorreu sem a conclusão do recurso contra a intimação demolitória. 3. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de infração e a persistência das infrações urbanísticas. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por Paulo Marcelo Pereira Bezerra e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo o Auto de Infração nº F-0187-354302-OEU, de 14/07/2023, nos termos do voto do relator de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 690/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00011524/2023-84. REQUERENTE: BARUQUE COMERCIO DE FERRAGENS LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. USO NÃO AUTORIZADO DE ÁREA PÚBLICA. OCUPAÇÃO IRREGULAR. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA INFRAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por Baruque Comércio de Ferragens LTDA contra o Auto de Infração nº F-0435-918636-OEU, datado de 12/05/2023, que penalizou a empresa pela ocupação irregular de área pública sem prévia autorização, conforme a Lei nº 6.138/2018. 2. A empresa argumentou dificuldades financeiras, a preexistência do toldo no local, e a intenção de ajudar a comunidade. 3. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de infração e a persistência das infrações urbanísticas, além de que a regularização posterior não exime a infração cometida. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por Baruque Comércio de Ferragens LTDA e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo o Auto de Infração nº F-0435-918636-OEU, de 12/05/2023, nos termos do voto do relator de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 691/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 04017-00030686/2023-11. REQUERENTE: JOÃO BATISTA DO CARMO. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. USO NÃO AUTORIZADO DE ÁREA PÚBLICA. ALTERAÇÃO DE PROJETO ORIGINAL SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA NOTIFICAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por João Batista do Carmo contra o Auto de Notificação nº F-0553-030168-AEU, datado de 11/10/2023, que penalizou a ocupação irregular de área pública e a alteração do projeto original da banca de jornais e revistas para atividade diversa, sem prévia autorização, conforme a Lei nº 324/92 e a Lei nº 2.777/2001. 2. A defesa apresentou pedidos de renovação de permissão e regularização, porém sem sucesso. 3. Considerando que os elementos apresentados não justificam a anulação do auto de notificação e a persistência das infrações urbanísticas, 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por João Batista do Carmo e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo o Auto de Notificação nº F-0553-030168-AEU, de 11/10/2023, nos termos do voto do relator de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 692/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017- 00004614/2024-08. REQUERENTE: MARIA DOS ANJOS LOPES DE ALCÂNTARA. RELATOR: SAULO MALCHER ÁVILA. EMENTA: AUTO

DE NOTIFICAÇÃO. OBRA SEM LICENCIAMENTO PRÉVIO. DECISÃO RECORRIDA MANTIDA. I – Ação fiscal constatou a execução de obras sem o prévio licenciamento. II – Recorrente não apresentou razões de fato ou direito suficientes a infirmar a legalidade do auto guerreado ou a demonstrar a necessidade de reparos na r. decisão recorrida. III – Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER o Recurso e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 693/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017- 00012109/2023-48. RECORRENTE: LINEU JOSÉ PEDROSO. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS NOTIFICAÇÕES E 015957-FAU e E 006964-FAU. DECISÃO REVISTA. RECURSO PROVIDO. 1. A Lei 613/1993 alterada pela Lei nº 6.758/2020, Art. 1º Os proprietários e possuidores de imóveis edificados ou não edificados localizados em área urbana do Distrito Federal são obrigados a mantê-los limpos, em boas condições sanitárias, cercados ou murados, no limite de suas dimensões, ressalvados os casos de disposições em contrário estabelecidas em convenção de condomínio, bem como a construir calçadas entre os limites do terreno e os da rua, mantendo-as em boas condições de uso. 2. Recurso Conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 694/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. PROCESSO: 00361-00007915/2019-83. INTERESSADO: LHC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. CONSTRUÇÃO IRREGULAR EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA INTIMAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Recurso administrativo interposto por LHC Comércio de Alimentos EIRELI contra a Intimação Demolatória nº D047178-OEU, datada de 22/04/2019, que penalizou a empresa pela construção irregular em área pública sem prévia autorização, em conformidade com a Lei nº 6.138/2018. 2. A empresa apresentou Alvará de Construção nº 049/2016 e Certificado de Licenciamento de Atividades como defesa. 3. A análise da primeira instância considerou a defesa improcedente, confirmando a inexistência de licenciamento válido para a ocupação do espaço público. O relatório de vistoria nº D 893394 REL e o Auto de Infração nº D129028-OEU reforçaram a continuidade das irregularidades. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO interposto por LHC Comércio de Alimentos EIRELI e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo a Intimação Demolatória nº D047178-OEU, de 22/04/2019, nos termos do voto do relator de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 695/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 00361- 005148/2018-97. RECORRENTE: MOREIRA COMÉRCIO DE BATERIAS LTDA ME. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE SEM LICENÇA DE FUNCIONAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. 1. O Decreto nº 17.079 de 1995 Dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do Distrito Federal, definindo os procedimentos para licenças e as penalidades por descumprimento. 2. No recurso

MOREIRA COMÉRCIO DE BATERIAS LTDA ME contesta um Auto de Notificação por suposta violação do Decreto 17.079/1995, e anexou cópia do CNPJ da filial para justificar a anulação da notificação e da decisão administrativa. 3. Reconhecimento da eficácia dos atos administrativos a partir da data da decisão administrativa de primeira instância. 4. Devido ao transcurso do prazo de 5 anos, torna-se sem efeito o Auto de Notificação D 061722- AEU de 13/10/2016. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da 2ª Câmara de Julgamento Administrativo, ao analisar o Processo SEI nº 0361-00005148/2018-97, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo. Decisão UNÂNIME, em conformidade com a legislação vigente e os fatos apresentados nos autos de acordo com ata e julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 696/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00018333/2020-09. INTERESSADO: VÍVIAN DE CASTRO PERES BORGES. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: RHBT-000.741.1/2020 de 06/10/2020. RECURSO IMPROVIDO. 1. Autenticidade dos atos administrativos. 2. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 697/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00007017/2021-84. INTERESSADO: ROSENVAL ALVES DOS SANTOS JUNIOR. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: RHBT-000.741.1/2020 de 06/10/2020. RECURSO IMPROVIDO. 1. Autenticidade dos atos administrativos. 2. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 698/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO NECESSÁRIO. PROCESSO: 04017-00060939/2017-07. INTERESSADO: ESPOLIO DE VICTOR LUIZ RODRIGUES DA SILVA. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OCUPAR ÁREA PÚBLICA SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO. ERRO MATERIAL NA LAVRATURA DO AUTO. RECURSO PROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer construção sem o devido licenciamento. 2. Erro material na lavratura do Auto de Infração. 3. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 699/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00012688/2020-86. INTERESSADO: CARLOS ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA SEM A LICENÇA DE OBRAS. NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da Licença de Obras. 2. Segundo a Lei 6.138/2018, são infrações gravíssimas: executar obras ou manter edificações não passíveis de regularização, localizadas em área pública. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito,

NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 700/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00052711/2017-35. INTERESSADO: CONDOMÍNIO DO CENTRO CLÍNICO SUL. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. CONSTRUÇÃO SEM LICENCIAMENTO E/OU SEM DOCUMENTAÇÃO NO LOCAL E DESCUMPRIMENTO DO AUTO DE NOTIFICAÇÃO D-047392-OEU. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer construção sem o devido licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO.

UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 701/2024 ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00002690/2023-90. RECORRENTE: OLLE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA : RECURSO VOLUNTÁRIO – REMOÇÃO DE IRREGULARIDADES URBANÍSTICAS – RESSARCIMENTO DE CUSTOS OPERACIONAIS – LEGITIMIDADE DO AUTUADO – RECUSO IMPROVIDO. 1. Recurso Voluntário interposto pela empresa OLLE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, contra a decisão de primeira instância que manteve a cobrança de R\$ 2.395,34 referente a custos operacionais de remoção de irregularidades urbanísticas em Brasília/DF. 2. Argumentação de falta de responsabilidade nas infrações cometidas e questionamento da legitimidade da cobrança. 3. Apresentação de relatórios e evidências de operações realizadas pelo Governo do Distrito Federal. 4. Recurso conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: A 2ª Câmara, por unanimidade, conhece do Recurso Voluntário interposto por OLLE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, e no mérito, NEGA-LHE PROVIMENTO.

Mantém-se a decisão de primeira instância que considerou procedente o TERMO DE RESSARCIMENTO DE CUSTOS OPERACIONAIS Nº 11/2022, DE 21/11/2022, emitido em decorrência aos custos operacionais para sanar irregularidades em uma quadra específica, em violação aos artigos 15, III, 22 e 50 da Lei nº 6.138/2018. A aplicação da penalidade está amparada pelos artigos 124, III, e 131, II, da mesma lei de 27 de Maio de 2024.

ACÓRDÃO Nº 702/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00011536/2019-22. INTERESSADO: MARIA BEZERRA DE LIMA. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. CONSTRUÇÃO SEM LICENCIAMENTO E/OU SEM DOCUMENTAÇÃO NO LOCAL E DESCUMPRIMENTO DO AUTO DE EMBARGO D-062940-OEU. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer construção sem o devido licenciamento. 2. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO.

UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 703/2024 ÓRGÃO: SEGUNDA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00002826/2022-81. INTERESSADO: ARNALDO BOLINJA RODRIGUES. RELATOR: ELDINO DIAS FURTADO. EMENTA: INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA E AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM A LICENÇA DE OBRAS. NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da Licença de Obras. 2. Segundo a Lei 6.138/2018, são

infrações gravíssimas: executar obras ou manter edificações não passíveis de regularização, localizadas em área pública. 3. Recurso não conhecido e improvido. 4. O interessado deverá apresentar requerimento individualizado dos autos impugnados, conforme Lei nº 4.567/2011. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, NÃO CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 704/2024 ÓRGÃO: 1º CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO:04017- 00023385/2023-31. RECORRENTE: AMERICANAS/SA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. SACOLAS PLASTICAS OXIO. BIODEGRÁDAVEL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 6.322/2019, alterado pelo artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, regulamentada pelo Decreto 43.610/2022. 2. O AUTO NOTIFICAÇÃO combatido, lavrado com fulcro no Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, é claro quando elucida que a empresa autuada, no momento da vistoria, realizada às 10h08 min (dez horas e oito minutos), do dia 31/07/2023, estava descumprindo a legislação de regência, a saber: Sacola Plástica Descartável, Comercial e Prestação de Serviços, Fica o infrator notificado pela inobservância da das disposições da Lei nº 6.322/2019. O não cumprimento do prazo previsto no Auto de Notificação, sujeitará o responsável a multas e demais sanções previstas em Normas. (Sacolas com PEAD - 3. Esclarecemos que a decisão de primeira instância e o Auto de Notificação foram, respectivamente, arrazoado e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 5. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto.6. Diante dos fatos, o requerente deve comprovar que não utiliza sacolas confeccionadas à base de polietileno oriundas de polímeros sintéticos fabricados à base de petróleo para o acondicionamento e o transporte de mercadorias, único meio de comprovar o cumprimento da determinação de utilização de sacolas elaboradas a partir de matérias orgânicas exigida no auto de notificação em questão. Para a verificação do cumprimento de exigência quanto á composição das sacolas vendidas ou distribuídas o requerente deve, inicialmente, acessar o site www.biopolymer.net e verificar se as sacolas distribuídas ou vendidas por ele foram adquiridas em uma das empresas que se encontram na lista de únicas empresas que vendem o biopolímero exigido pela Lei 6322/2019 que estão listadas em tal site. 7. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 705/2024 ÓRGÃO: 1º CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017- 00024731/2023-07. RECORRENTE: AMERICANAS AS 337. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. SACOLAS PLASTICAS OXIO. BIODEGRÁDAVEL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 6.322/2019, alterado pelo artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, regulamentada pelo Decreto 43.610/2022. 2. O Auto Notificação combatido, lavrado com fulcro no Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, é claro quando elucida que a empresa autuada, no momento da vistoria, realizada às 11h51

min (onze horas e cinquenta e um minutos), do dia 17/08/2023, estava descumprindo a legislação de regência, a saber: Sacola Plástica Descartável, Comercial e Prestação de Serviços, Fica o infrator notificado pela inobservância das disposições da Lei nº 6.322/2019. O não cumprimento do prazo previsto no Auto de Notificação, sujeitará o responsável a multa e demais sanções previstas em normas. 3. Esclarecemos que a decisão de primeira instância e o Auto de Notificação foram, respectivamente, arrazoada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 5. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 6. Diante dos fatos, o requerente deve comprovar que não utiliza sacolas confeccionadas à base de polietileno oriundas de polímeros sintéticos fabricados à base de petróleo para o acondicionamento e o transporte de mercadorias, único meio de comprovar o cumprimento da determinação de utilização de sacolas elaboradas a partir de matérias orgânicas exigida no auto de notificação em questão. Para a verificação do cumprimento de exigência quanto à composição das sacolas vendidas ou distribuídas o requerente deve, inicialmente, acessar o site www.biopolymer.net e verificar se as sacolas distribuídas ou vendidas por ele foram adquiridas em uma das empresas que se encontram na lista de únicas empresas que vendem o biopolímero exigido pela Lei 6322/2019 que estão listadas em tal site. 7. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 706/2024 ÓRGÃO: 1º CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017- 00022734/2023-06. RECORRENTE: DCM PESCA LTDA. -ME. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. SACOLAS PLASTICAS OXIO. BIODEGRÁDAVEL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 6.322/2019, alterado pelo artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, regulamentada pelo Decreto 43.610/2022. 2. O Auto Notificação combatido, lavrado com fulcro no Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, é claro quando elucida que a empresa autuada, no momento da vistoria, realizada às 10h25 min (dez horas e vinte e cinco minutos), do dia 27/07/2023, estava descumprindo a legislação de regência, a saber: Sacola Plástica Descartável, Comercial e Prestação de Serviços, Fica o infrator notificado pela inobservância das disposições da Lei nº 6.322/2019. O não cumprimento do prazo previsto no Auto de Notificação, sujeitará o responsável a multa e demais sanções previstas em normas. 3. Esclarecemos que a decisão de primeira instância e o Auto de Notificação foram, respectivamente, arrazoado e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 5. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 6. Diante dos fatos, o requerente deve comprovar que não utiliza sacolas confeccionadas à base de polietileno oriundas de polímeros sintéticos fabricados à base de petróleo para o acondicionamento e o transporte de mercadorias, único meio de comprovar o cumprimento da determinação de utilização de sacolas elaboradas a partir de matérias orgânicas exigida no auto de notificação em

questão. Para a verificação do cumprimento de exigência quanto á composição das sacolas vendidas ou distribuídas o requerente deve, inicialmente, acessar o site www.biopolymer.net e verificar se as sacolas distribuídas ou vendidas por ele foram adquiridas em uma das empresas que se encontram na lista de únicas empresas que vendem o biopolímero exigido pela Lei 6322/2019 que estão listadas em tal site. 7. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 707/2024 ÓRGÃO: 1º CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00017873/2023-18. RECORRENTE: LOJAS RENNER S.A. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES.EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. FICA O INFRATOR NOTIFICADO PELA INOBSERVÂNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 6.322/2019. O NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO PREVISTO NO AUTO DE NOTIFICAÇÃO, SUJEITARÁ O RESPONSÁVEL A MULTA E DEMAIS SANÇÕES PREVISTAS EM NORMAS. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021. Embasamento Legal, Artigo 6º, Inciso I e § 1º, do Artigo 9º; do Decreto nº 43.610/2022; Artigo 1º da Lei nº 7.110/2022; Artigo 1º e Artigo 3º Inciso I e § 1º da Portaria nº 64/2022, alterada pela Portaria 38/2023. Fica proibida a distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas descartáveis, confeccionadas à base de polietileno, propileno, polipropileno ou matérias-primas equivalentes, para o acondicionamento e o transporte de mercadorias adquiridas em estabelecimentos comerciais do Distrito Federal. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 6864 de 21/06/2021)Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais devem estimular o uso de sacolas reutilizáveis, assim consideradas aquelas que sejam confeccionadas com material resistente e que suportem o acondicionamento e o transporte de produtos e mercadorias em geral. 2. O auto combatido, lavrado com fulcro no Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021. Embasamento Legal, Artigo 6º, Inciso I e § 1º, do Artigo 9º; do Decreto nº 43.610/2022; Artigo 1º da Lei nº 7.110/2022; Artigo 1º e Artigo 3º Inciso I e § 1º da Portaria nº 64/2022, alterada pela Portaria 38/2023, é claro quando elucida que a empresa autuada, no momento da vistoria, realizada às 12:21 min (doze horas e vinte e um minutos), do dia 21/06/2023 estava descumprindo a legislação de regência, a saber: Sacola Plástica Descartável, Comercial e Prestação de Serviços, Fica o infrator notificado pela inobservância das disposições da Lei nº 6.322/2019. O não cumprimento do prazo previsto no Auto de Notificação, sujeitará o responsável a multa e demais sanções previstas em normas. 3. Esclareço que a decisão de primeira instância e o Auto de Notificação foram, respectivamente, arrazoado e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Correta a aplicação da penalidade prevista na legislação em vigor. 5. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 6. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 708/2024 ÓRGÃO: 1º CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00024058/2023-05. RECORRENTE: FUJIOKA ELETRO IMAGEM S/A. RELATORA: MARIZA LIBANO DE

ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. SACOLAS PLASTICAS OXIO. BIODEGRÁVEL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 6.322/2019, alterado pelo artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, regulamentada pelo Decreto 43.610/2022. 2. O Auto Notificação combatido, lavrado com fulcro no Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, é claro quando elucida que a empresa autuada, no momento da vistoria, realizada às 11:16 min (onze horas e dezesseis minutos), do dia 16/08/2023, estava descumprindo a legislação de regência, a saber: Fica o infrator notificado pela inobservância das disposições da Lei 6.322/2019. O não cumprimento do prazo previsto no Auto de Notificação, sujeitará a multa e demais sanções previstas em Normas. Não é permitida a utilização de sacolas plásticas, as quais constam o símbolo PEAD 2 e as Oxi biodegradáveis. 3. Esclarecemos que a decisão de primeira instância e o Auto de Notificação foram, respectivamente, arrazoado e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 5. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 6. Diante dos fatos, o requerente deve comprovar que não utiliza sacolas confeccionadas à base de polietileno oriundas de polímeros sintéticos fabricados à base de petróleo para o acondicionamento e o transporte de mercadorias, único meio de comprovar o cumprimento da determinação de utilização de sacolas elaboradas a partir de matérias orgânicas exigida no auto de notificação em questão. Para a verificação do cumprimento de exigência quanto à composição das sacolas vendidas ou distribuídas o requerente deve, inicialmente, acessar o site www.biopolymer.net e verificar se as sacolas distribuídas ou vendidas por ele foram adquiridas em uma das empresas que se encontram na lista de únicas empresas que vendem o biopolímero exigido pela Lei 6322/2019 que estão listadas em tal site. 7. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 709/2024 ÓRGÃO: 1º CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017- 00015261/2023-82. RECORRENTE: LOJAS RIACHUELO S/A. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. SACOLAS PLASTICAS OXIO. BIODEGRÁVEL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 6.322/2019, alterado pelo artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, regulamentada pelo Decreto 43.610/2022. 2. O Auto Notificação combatido, lavrado com fulcro no Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, é claro quando elucida que a empresa autuada, no momento da vistoria realizada às 16h19 min (dezesseis horas e dezenove minutos), do dia 25/05/2023, estava descumprindo a legislação de regência, a saber: Sacola Plástica Descartável, Comercial e Prestação de Serviços, Fica o infrator notificado pela inobservância das disposições da Lei nº 6.322/2019. O não cumprimento do prazo previsto no Auto de Notificação, sujeitará o responsável a multa e demais sanções previstas em normas. 3. Esclarecemos que a decisão de primeira instância e o Auto de Notificação foram, respectivamente, arrazoado e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe,

bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 5. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 6. Diante dos fatos, o requerente deve comprovar que não utiliza sacolas confeccionadas à base de polietileno oriundas de polímeros sintéticos fabricados à base de petróleo para o acondicionamento e o transporte de mercadorias, único meio de comprovar o cumprimento da determinação de utilização de sacolas elaboradas a partir de matérias orgânicas exigida no auto de notificação em questão. Para a verificação do cumprimento de exigência quanto á composição das sacolas vendidas ou distribuídas o requerente deve, inicialmente, acessar o site www.biopolymer.net e verificar se as sacolas distribuídas ou vendidas por ele foram adquiridas em uma das empresas que se encontram na lista de únicas empresas que vendem o biopolímero exigido pela Lei 6322/2019 que estão listadas em tal site. 7. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 710/2024 ÓRGÃO: 1º CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00022343/2023-83. RECORRENTE: DROGARIA DROGACENTER EXPRESS LTDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. SACOLAS PLASTICAS OXIO. BIODEGRÁDAVEL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 6.322/2019, alterado pelo artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, regulamentada pelo Decreto 43.610/2022. 2. O Auto Notificação combatido, lavrado com fulcro no Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, é claro quando elucida que o autuado, no momento da vistoria, realizada às 10h21 min (dez horas e vinte e um minutos), do dia 21/08/2023, estava descumprindo a legislação de regência, a saber: Sacola Plástica Descartável, Comercial e Prestação de Serviços, Fica o infrator notificado pela inobservância das disposições da Lei nº 6.322/2019. O não cumprimento do prazo previsto no Auto de Notificação, sujeitará o responsável a multa e demais sanções previstas em normas. 3. Esclarecemos que a decisão de primeira instância e o Auto de Notificação foram, respectivamente, arrazoada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 5. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 6. Diante dos fatos, o requerente deve comprovar que não utiliza sacolas confeccionadas à base de polietileno oriundas de polímeros sintéticos fabricados à base de petróleo para o acondicionamento e o transporte de mercadorias, único meio de comprovar o cumprimento da determinação de utilização de sacolas elaboradas a partir de matérias orgânicas exigida no auto de notificação em questão. Para a verificação do cumprimento de exigência quanto á composição das sacolas vendidas ou distribuídas o requerente deve, inicialmente, acessar o site www.biopolymer.net e verificar se as sacolas distribuídas ou vendidas por ele foram adquiridas em uma das empresas que se encontram na lista de únicas empresas que vendem o biopolímero exigido pela Lei 6.322/2019 que estão listadas em tal site. 7. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 711/2024 ÓRGÃO: 1º CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO.

PROCESSO: 04017- 00027239/2023-85. REQUERENTE: AMERICANAS S.A. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. SACOLAS PLASTICAS OXIO. BIODEGRÁVEL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 6.322/2019, alterado pelo artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, regulamentada pelo Decreto 43.610/2022. 2. O Auto Notificação combatido, lavrado com fulcro no Artigo 1º, da Lei nº 6.322/2019; Alterado pelo Artigo 1º, da Lei nº 6.864/2021, é claro quando elucida que o autuado, no momento da vistoria, realizada às 11:06 min (onze horas e seis minutos), do dia 22/06/2023, estava descumprindo a legislação de regência, a saber: Sacola Plástica Descartável, Comercial e Prestação de Serviços, Fica o infrator notificado pela inobservância das disposições da Lei nº 6.322/2019. O não cumprimento do prazo previsto no Auto de Notificação, sujeitará o responsável a multa e demais sanções previstas em normas. 3. Esclarecemos que a decisão de primeira instância e o Auto de Notificação foram, respectivamente, arrazoado e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 4. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 5. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 6. Diante dos fatos, o requerente deve comprovar que não utiliza sacolas confeccionadas à base de polietileno oriundas de polímeros sintéticos fabricados à base de petróleo para o acondicionamento e o transporte de mercadorias, único meio de comprovar o cumprimento da determinação de utilização de sacolas elaboradas a partir de matérias orgânicas exigida no auto de notificação em questão. Para a verificação do cumprimento de exigência quanto à composição das sacolas vendidas ou distribuídas o requerente deve, inicialmente, acessar o site www.biopolymer.net e verificar se as sacolas distribuídas ou vendidas por ele foram adquiridas em uma das empresas que se encontram na lista de únicas empresas que vendem o biopolímero exigido pela Lei 6322/2019 que estão listadas em tal site. 7. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 712/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 00361-00019210/2018-28. INTERESSADO: O UNIVERSITÁRIO RESTAURANTE INDUSTRIA COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA LTDA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO POR OBRA EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. LEGALIDADE DA EMISSÃO DO AUTO E DA SUA MANTENÇA. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O auto de infração, lavrado com fulcro na Lei 6138/2018, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às treze horas e dezesseis minutos, de 28/08/2018, era responsável por "Obra em área pública" e "Obra não se enquadra na legislação vigente" e "AUTUADO POR ESTAR EXECUTANDO OBRA EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO", conforme sua cópia anexa (11984285). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto de infração foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Deveras, em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar em área pública e não o contrário, onde a invade, constrói irregularmente e depois busca a sua

regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. Como regra, no caso, o ônus da prova é invertido. Caberia ao interessado demonstrar suas alegações. O interessado não juntou cópia do alvará de construção, autorização para ocupar e construir em área pública e cópia do auto de notificação 044559, cujo prazo teria sido desrespeitado pela Fiscalização ao emitir o auto de infração combatido. Em pesquisa aos SISAF GEO e LEGADO não encontrei nenhum auto de notificação de número 044559, lavrado em face do recorrente. Na ausência de quaisquer outras provas ou indícios não é forçoso admitir que as contradições entre a ação da Fiscalização e os argumentos da defesa devem ser resolvidas a favor da Administração Pública, pois sob o ato administrativo pairam as presunções de legitimidade, legalidade e eficácia. Tais presunções podem ser afastadas mediante prova em sentido contrário, mas, consoante já dito, no caso em tela, isto não ocorreu. 5. Com relação à emissão de dois autos em face do mesmo fato gerador, explico que a Lei 6138/2018 não só permite como determina a emissão de autos concomitante e/ou sucessivos, com a emissão, inclusive, de multas em dobro, em casos específicos previstos naquela lei. Deveras, a Lei 6138/2018, nos seus artigos 124 c/c 125, preceitua que "... Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o infrator se sujeita às seguintes sanções, aplicáveis de forma isolada ou cumulativa..." e que "... Aplica-se a prévia advertência somente nos casos em que a irregularidade é passível de regularização...". 6. A SUOB em sede de réplica se manifestou pela manutenção do auto de infração (63924448) e (139348002): "Trata o presente processo de requerimento de impugnação a auto de infração lavrado em função de execução de obra sem licenciamento em andamento à época nos lotes 1,2 e 3 do conjunto B do SOF Sul - Guará.... A obra que estava em execução não se enquadra nos itens elencados como dispensáveis de licenciamento, uma vez que não houve simplesmente a substituição de elementos de cobertura (artigo 23, VIII da Lei 6138/2018). Houve a modificação de toda a estrutura da edificação, inclusive com aumento de pé direito e extensão da cobertura em área pública.... Entendemos, s.m.j, que o auto de infração foi lavrado em consonância com a legislação em vigor, tendo em vista que o autuado jamais apresentou o licenciamento da obra em questão. Por isso, o auto de infração deve ser mantido bem como todos os seus efeitos legais....". 7. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 8. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 9. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 10. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 713/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 04017-00009161/2024-06. INTERESSADO: RAINHA ALVIM COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO LAVRADO PELA EXPLORAÇÃO DE ENGENHO PUBLICITÁRIO

PERCEPTÍVEL DA ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. O auto combatido, lavrado com fulcro na LEI 3035/02, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às quatorze horas e trinta e quatro minutos, de 11/03/2024, era responsável por "Engenho publicitário irregular" e "Mantém instalado meio de propaganda fixo no solo, no interior do lote, sem o devido licenciamento e em altura superior à altura da edificação. Deverá, no prazo estipulado, obter/apresentar o licenciamento do referido engenho publicitário e adequá-lo aos parâmetros legais relativos à altura, sob pena de demais sanções legais cabíveis.", conforme sua cópia anexa (). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto de notificação foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para instalar e explorar engenhos publicitários em área pública ou perceptíveis da área pública e não o contrário, onde o instala e depois busca a sua regularização. Nos termos da Leis 3035/02 e 3036/02, engenhos publicitários em área pública ou perceptíveis de área pública dependem, como regra, de autorização prévia para instalação e exploração. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para o engenho publicitário, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que seu engenho publicitário se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. À Fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 5. Por oportuno, sublinho que a apresentação de autorização para o referido engenho publicitário ou apresentação do alvará de construção e/ou habite-se da edificação com previsão para instalação do engenho publicitário é idônea a infirmar a ação fiscal combatida - notificação. 6. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 7. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 714/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO.RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 04017-00004586/2021-78. INTERESSADO: SOCIEDADE EDUCACIONAL ITABAJARA CATTÁ PRETA LTDA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESATENDIMENTO DE AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA QUE, POR SUA VEZ, FOI EMITIDO POR OBRA EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.1. O Auto de infração, lavrado com fulcro na Lei 6138/2018, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às nove horas e trinta minutos, de 19/11/2020, era responsável por "Obra em área pública" e "Obra não se enquadra na legislação vigente" e "Fica o responsável autuado em dobro (infração continuada) por descumprimento da Intimação Demolatória, de 29/07/2013, para demolir obra executada em área pública não passível de regularização. Auto de Infração anterior D045206-OEU, de 15/01/2020. Infração gravíssima $k=5 \times 5.352,49 = 26.762,45 \times 2 = 53.524,90$. O processo terá continuidade ainda que não haja impugnação.

Descumprimento da Intimação Demolitória D037095-OEU.", conforme sua cópia anexa (56194095). Já o Auto de infração D045206- OEU, de 15/01/2020, e/ou o seu lançamento no SISAF GEO descrevem "Obra em área pública" e "FICA O PROPRIETÁRIO AUTUADO POR CONTINUAR DESCUMPRINDO A INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA EXPEDIDA EM 29/05/2013, TENDO SIDO AUTUADO ANTERIORMENTE (AI D058567 OEU, DE 19/05/2017), SOB PENA DE DEMAIS SANÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. CÁLCULO: $K=5 \times 5352,49$ (INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA) = 26762,45". Por sua vez, o Auto de intimação demolitória D037095-OEU, de 29/07/2013, e/ou o seu lançamento no SISAF GEO descrevem "Fica o responsável pela ocupação intimado a demolir a obra executada em área pública sem licença e não passível de regularização pela legislação vigente.". 2. Esclareço que a decisão de primeira instância, os autos de intimação demolitória e de infração foram, respectivamente, arrolada e lavrados de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Deveras, em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. No que tange à ausência de notificação prévia, esclareço que o auto de intimação demolitória foi lavrado com prazo de 30 dias em 2013 e até 2020 não foi atendido, o que provocou a emissão dos autos de infração em epígrafe. Nessa linha de raciocínio, considerando que o auto de intimação demolitória também estabeleceu um prazo de 30 dias para recurso e/ou atendimento, o interessado teve, em verdade, mais de sete anos para regularizar sua situação, ou seja: desocupar a área pública ou obter autorização. 3. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para edificar em áreas pública e não o contrário, onde invade a área pública, constrói irregularmente e depois busca a sua regularização. Obras e edificações no Distrito Federal dependem, como regra, de autorização prévia para construir e de habite-se, ao seu final. O artigo 13, da Lei 6138/2018, que instituiu o Código de Obras e Edificação do Distrito Federal, da mesma forma que o código de obras anterior, dispõe tanto das obras como das edificações. O interessado não apresentou nenhuma licença vigente ou vencida para edificar, com fulcro em lei em vigor ou revogada. Igualmente, não demonstrou que sua obra se enquadra em qualquer exceção à regra geral que exige licenciamento. 4. Com relação à emissão de dois ou mais autos de infração em face do mesmo fato gerador, explico que a Lei 6138/2018 não só permite como determina a lavratura de autos concomitantes e/ou sucessivos, com a emissão, inclusive, de multas em dobra, em casos específicos previstos naquela lei. 5. Os indigitados recursos pendentes de análise, apresentados em face do auto de intimação demolitória e/ou outros autos de infração e/ou autos de notificação prévia, não têm efeito suspensivo, nos termos do artigo 137, da Lei 6138/2018 c/c artigo 188, do Decreto 43.056/2022, pois a referida legislação de regência expressamente preceitua que "Os recursos não têm efeito suspensivo, salvo se a autoridade administrativa concedê-lo, de ofício ou a requerimento, nos termos da Lei nº 6.138, de 2018". Com relação a autos de infração, se for o caso, a apresentação de recurso apenas impede a sua inscrição na Dívida Ativa, mas não a continuidade das ações fiscais. 6. Por oportuno, explico que a intimação da decisões de primeira e segunda instâncias, nos termos da LEI N° 4.567, DE 09 DE MAIO DE 2011, artigo 11, parágrafo terceiro, que "Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências", podem ser feitas diretamente pelo DODF, a saber: "... intimação referente aos atos e decisões dos órgãos julgadores de primeira e de segunda instâncias em processos sujeitos à jurisdição contenciosa poderá ser efetuada diretamente por publicação no DODF". 7. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei 6138/2018.

Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 8. Por oportuno, sublinho que com o advento da Lei 7323/2023, que "Dispõe sobre a concessão de direito real de uso para ocupação de áreas públicas contíguas aos lotes destinados ao uso residencial localizados nas Regiões Administrativas do Lago Sul e do Lago Norte e dá outras providências", os interessados poderão ocupar regularmente as áreas públicas contíguas aos seus lotes residenciais, mediante a observância e o atendimentos das exigências e requisitos nela previstos. 9. Ademais, cabe destacar que pode o interessado pedir prorrogação de prazo do auto de intimação demolitória até a regularização da ocupação da área pública, que deverá ser apresentado junto à Subsecretaria responsável pela ação fiscal que culminou com a emissão do auto em comento - SUOB. 10. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 11. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 715/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. ELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 04017-00032960/2021-25. REQUERENTE : MARCONE SANTOS PEREIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE INTERDIÇÃO QUE, POR SUA VEZ, FOI EMITIDO POR QUIOSQUE EM ÁREA PÚBLICA SEM LICENCIAMENTO VÁLIDO. LEGALIDADE DA EMISSÃO DO AUTO E DA SUA MANTENÇA. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O auto de infração combatido, lavrado com fulcro na LEI 4257/2008, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às dez horas e cinquenta minutos, do dia 28/10/2021, era responsável por "Descumprimento de Interdição" e "QUIOSQUE EM EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA SEM LICENÇA DE FUNCIONAMENTO...", conforme cópia anexa (75817895). Já o Auto de interdição D055642-AEU, emitido em 28/09/2017, e/ou o seu lançamento no SISAF GEO descrevem "QUIOSQUE INTERDITADO POR EXERCER ATIVIDADE ECONÔMICA SEM A LICENÇA DE FUNCIONAMENTO". 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. O auto de infração foi lavrado pelo descumprimento do auto de interdição que, por sua vez, foi emitido por atividade comercial de quiosque em área pública sem licenciamento válido, nos termos da Lei 4257/2008 c/c Lei 5547/2015. O responsável não apresentou o seu RLE (licenciamento) e o termo de uso de área pública válidos e em vigor. 3. Nos termos da Lei 4257/2008, o exercício regular de todas as atividades comerciais em quiosques e trailers localizados em área pública deve ser precedido de termo de uso de área pública e de licenciamento. A alegação de estar buscando a regularização da situação junto à Administração Pública não infirma o auto combatido. Ademais, alegação de indigitada demora da Administração em responder seu pedido de regularização também não afasta a ação da Fiscalização, eis que ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para ocupar, edificar e exercer atividade comercial em área pública e não o contrário, onde invade área pública, constrói irregularmente, inicia o exercício de atividade comercial e depois busca a sua regularização. Eventual alegação de recolher

preço público também não é idônea para infirmar auto pelo exercício de atividade comercial em área pública sem autorização, pois se tratam de obrigações distintas e o preço público é devido ainda que a ocupação seja irregular. E mais, ainda que a atividade exercida seja de baixo risco, esclareço que, nos termos da Lei 5547/2015, o exercício regular de todas as atividades comerciais não consideradas de baixo risco depende de autorização prévia. E as de baixo risco só estão dispensadas de autorização se não ocuparem área pública e não afrontarem os limites previstos na LUOS. Por fim, quando autorizadas, as atividades comerciais devem se ater aos limites das suas autorizações. 4. Com relação à emissão de dois ou mais autos de infração em face do mesmo fato gerador, explico que a Lei 4257/2008, artigos 16 a 27, não só permite como determina a lavratura de autos concomitantes e/ou sucessivos, com a emissão, inclusive, de multas em dobra, em casos específicos previstos naquela lei. 5. Explico que a intimação das decisões de primeira e segunda instâncias, nos termos da LEI Nº 4.567, DE 09 DE MAIO DE 2011, artigo 11, parágrafo terceiro, que "Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências", podem ser feitas diretamente pelo DODF, a saber: "... intimação referente aos atos e decisões dos órgãos julgadores de primeira e de segunda instâncias em processos sujeitos à jurisdição contenciosa poderá ser efetuada diretamente por publicação no DODF". 6. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 7. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 8. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 9. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de maio de 2024. ACÓRDÃO Nº 716/2024 ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. PROCESSO: 04017-00031093/2023-72. INTERESSADO: EMPLAVI 630 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO LAVRADO PELA OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA SEM AUTORIZAÇÃO. LEGALIDADE DA EMISSÃO DO AUTO E DA SUA MANTENÇA. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O auto combatido, lavrado com fulcro no Decreto nº 17.079/95, é cristalino quando esclarece expressamente que o autuado, no momento da vistoria, realizada às dez horas e trinta e seis minutos, de 01/11/2023, era responsável por "Uso de área pública sem licenciamento" e "UTILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA COM FINS COMERCIAIS SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO. DEVERÁ PROVIDENCIAR A MESMA OU DESOCUPAR A ÁREA NO PRAZO ABAIXO, SOB PENA DE SANÇÕES LEGAIS. STAND DE VENDAS", conforme sua cópia anexa (). 2. Esclareço que a decisão de primeira instância e o auto foram, respectivamente, arrojada e lavrado de forma clara e objetiva, atendendo aos requisitos legais, sem causar, portanto, qualquer prejuízo à defesa e ao administrado. Em todos os momentos em que o recorrente se manifestou ou provocou a DF Legal teve seus argumentos analisados. 3. Lembro que, nos termos da Lei 5547/2015, o exercício regular de todas as atividades comerciais não consideradas de baixo risco depende de autorização prévia. E as de baixo risco só estão dispensadas de autorização se não ocuparem área pública e não afrontarem os limites previstos na LUOS. Por fim, quando autorizadas, as

atividades comerciais devem se ater aos limites das suas autorizações, inclusive em relação à ocupação de área pública. 4. Ao interessado compete buscar previamente a devida autorização para ocupar áreas pública para o exercício de atividades comerciais e não o contrário, onde a ocupa irregularmente e depois busca a sua regularização. O preço público é devido ainda que a ocupação seja irregular. Trata-se de obrigações distintas e independentes: obrigação de recolher o preço público e obrigação de obter previamente autorização para ocupar a área pública. O interessado não cumpriu nenhuma das duas exigências legais. 5. Por oportuno, esclareço que a decisão de primeira instância sublinha que a autorização do interessado para ocupar área pública permite a instalação de canteiro de obras e não de estande de vendas. Por outro lado, do RLE juntado pelo interessado consta declaração de que a atividade comercial autorizada não ocupa área pública. 6. À fiscalização cabe atuar nos termos e limites da legislação de regência. As ações fiscais realizadas, documentos emitidos e prazos estipulados estão previstos expressamente na lei. Não se trata de uma faculdade da fiscalização. É um dever de agir, conforme determina a lei. 7. Não restou demonstrado qualquer vício no auto em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 8. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto. 9. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.